

Aprovada na 1003ª sessão

ALADI/CR/Ata 999  
8 de maio de 2008  
Horário: 10h10m às 13h15m

### ATA DA 999ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

#### Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  - Despedida do Representante Alterno da Colômbia, Conselheiro Alfonso Soria Mendoza.
2. Assuntos em Pauta.
3. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos (Doc. Inf. 886/Rev. 2).
  - Foro: para uma dimensão social da integração na ALADI.
4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de apoio aos PMDERs.
5. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.
6. Convocatória e agenda da XI Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior (ALADI/CR/PA 111).
7. Assuntos Diversos.
  - A Delegação do Brasil apresenta a possibilidade de alterar a data da Reunião de Vice-Ministros.

- O Comitê manifesta solidariedade ao povo chileno pela erupção do vulcão Chaitén.
- O Secretário-Geral informa sobre suas missões.

---

Preside:

FRANKLIN RAMÓN GONZÁLEZ

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Marcelo Janko Álvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, Regiane Mara Gonçalves de Melo, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo, Vladimir Jarrín e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Cassio Vitale Luiselli Fernández e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Emiliano Fernández e Hernán Rafael Cáceres Vera (Paraguai); Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni, (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti, Raquel María Rodríguez Sanguinetti e Luján Barceló (Uruguai); Franklin Ramón González e Ramón José París García García.

Secretário-Geral: Bernardino Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretário: Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE. Bom dia. Temos o quorum suficiente de Representantes para começar a reunião de hoje. A sessão é a 999ª, um número cabalístico para os que gostam do acaso, para aqueles que gostam do lúdico. Submetemos à consideração a Ordem do Dia que os senhores têm em suas pastas.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Não havendo observações, dá-se por aprovada.

- Despedida do Representante Alterno da Colômbia, Conselheiro Alfonso Soria Mendoza

...Estamos na época das despedidas. São bons os ventos que estão soprando, porque todas as despedidas que estão sendo feitas implicam para os despedidos novos horizontes e, certamente, horizontes promissores. Hoje nos despedimos do Representante Alterno da Colômbia, o Conselheiro Alfonso Soria Mendoza.

Observamos Alfonso defender, com muito afinco, não somente os posicionamentos de seu país, -como deve fazer cada um dos que estão aqui-, mas também defendeu com muito afinco o orçamento da Associação, foi um vedor permanente do orçamento, para que o orçamento fosse destinado a bons propósitos. Estamos absolutamente certos de que essa veemência, esse ímpeto, esse rosto, além da alegria que Alfonso sempre tem, vão fazer com que se desempenhe com muita profundidade em suas tarefas futuras. Da Presidência deste Comitê de Representantes, quero primeiro dizer-lhe que as despedidas podem ter várias leituras e, por extensão, podem ter vários sentimentos. Há aqueles que assumem a despedida como um momento de tristeza, de nostalgia -aqui no Uruguai se celebra o dia da nostalgia logo- e há aqueles que assumem a despedida como um momento de metas e desafios.

Conhecendo-o pouco -mas penso que algo conhecemos-, o senhor assumirá a despedida com esta segunda leitura, e temos certeza que esses são os sentimentos que assumirá: as metas e desafios que terá pela frente. Portanto, desejamos sucesso em seu futuro próximo. Cedo a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Para a Secretaria é realmente algo sensível ter que despedir-se do Conselheiro Alfonso Soria nesta oportunidade, já que não o temos mais como um membro da distinta Representação da Colômbia, mas sim como colaborador da Secretaria. Seu trabalho nos diversos Grupos sempre foi positivo e muito valorizado pelos funcionários da Secretaria, que tiveram nele um colaborador a mais, não alguém que buscasse dificultar as tarefas, mas sim facilitá-las. Por isso há um sentimento de tristeza na Secretaria pelo seu afastamento, espero que não seja dos trabalhos habituais da ALADI, deixando um espaço em sua Representação e em nossos trabalhos cotidianos que não será fácil de ocupar.

Como Embaixador do Paraguai, conheci-o quando chegava à Missão Colombiana e, desde o início, ganhou o afeto e o respeito de seus colegas pela responsabilidade e pela dedicação que sempre teve em seus trabalhos. Repito, para a Secretaria, não é um momento precisamente feliz, apesar de estarmos acostumados nesta vida aos encontros e desencontros. Esperamos que possamos novamente estar junto com Alfonso. Alfonso, muito sucesso em sua carreira, e esperamos tê-lo sempre conosco!

PRESIDENTE. Cedemos a palavra a Alfonso.

Representação da COLÔMBIA (Alfonso Soria Mendoza). Muito obrigado, senhor Presidente. Para mim é uma honra despedir-me deste Comitê com a satisfação de haver cumprido meus deveres com meu país, com meu Governo. Penso nestes momentos de meu início aqui em setembro de 2004, e devo confessar-lhes que cheguei com a ansiedade do teórico-acadêmico que buscava aproximar seus conhecimentos de uma realidade latino-americana. Eis todo o caminho que percorri.

Com o passar do tempo e as diferentes tarefas na Representação, fui aprendendo a decifrar a complexidade de nossas realidades frente à integração, entendi que esta não somente passa por uma simples instrução da capital, mas também pela capacidade de negociação, de trabalho, persistência e tenacidade de quem deve executar tal instrução.

Quero deixar constância do apoio incondicional de todos os funcionários da Secretaria-geral, que sempre estiveram prontos e com a melhor disposição para me ajudar a compreender com mais profundidade os temas aladianos. Gostaria de ter aplicado as teorias sobre a visão do trabalho tão em voga no começo do século XX, já que, sob meus "chapéus" de Alternativo e Segundo, assegurei para meu país a permanência na totalidade dos

Grupos de Trabalho e a Comissão de Orçamento, além de outras instâncias, mas o século XXI me deparou algo diferente. Este esforço, não obstante, permitiu-me ampliar a visão e a compreensão da diversidade de temas aos que me voltei com maior responsabilidade e estudo, com o fim de afiançar o compromisso que meu país tem pela Associação. Este trabalho esteve sempre respaldado pela competência e pela presença de meus colegas da Representação e dos funcionários colombianos em Bogotá. A eles, meu reconhecimento.

Por último, quero tornar pública minha gratidão para minha Embaixadora pela confiança, incondicionalidade e lealdade que depositou em minha pessoa e em meu trabalho, muito obrigado Chefa. Finalmente, quero despedir-me com uma frase do célebre cineasta francês Sacha Gutry, que observou que: comumente dizemos até logo àqueles que não nos interessa particularmente reencontrar, enquanto que buscamos com agrado o reencontro com aqueles a quem dizemos simplesmente adeus. Muito obrigado, e adeus.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Não é usual, mas quero solicitar a palavra para dirigir publicamente um reconhecimento a Alfonso Soria como membro da Delegação da Colômbia. Quero expressar-lhe, e a todos os senhores, que em Alfonso, mais do que um funcionário eficiente, o Governo da Colômbia viu uma pessoa com virtudes e qualidades que lhe permitiram e lhe permitem ser um bom negociador, um excelente amigo e uma pessoa com capacidade de estabelecer rede de amigos, com uma rapidez que somente ele sabe.

Alfonso e eu, como equipe, aprendemos a amar este país, o Uruguai, como sede da ALADI e como país anfitrião de nossa Representação, de maneira que estou certa de que Alfonso, onde estiver, vai continuar servindo à Colômbia, à causa latino-americana, que é algo que se leva no coração e, com certeza, com um infinito amor pelo Uruguai. Então quero expressar a Alfonso, em nome de nosso Governo, da Representação que presido e em meu próprio nome, nosso agradecimento, e desejar-lhe o melhor nos novos desafios que assumir.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora da Colômbia. Convidamos Alfonso a receber a bandeja recordativa de praxe.

- O Presidente do Comitê e o Secretário-Geral entregam a bandeja recordativa.

- Aplausos.

## 2. Assuntos em pauta

... passaríamos então ao segundo ponto.

Tem a palavra a Secretaria-Geral para informar sobre assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Alguns se vão, mas não nos deixam, e outros chegam. A missão Permanente do Paraguai informa a chegada de um novo Conselheiro, o doutor Rafael Cáceres, a quem damos as boas-vindas, os demais temas estão no documento distribuído anteriormente, que os senhores têm em suas pastas.

Somente gostaria de acrescentar que, depois de publicado o documento de Assuntos em Pauta, ontem tivemos a satisfação de receber uma comunicação da Embaixada chilena, na qual nos transmitem que foi depositada uma quantia aproximada de US\$ 400.000.- correspondente a sua quota, fato que agradecemos ao Embaixador, e esperemos que

continue servindo de estímulo com muito entusiasmo aos demais países. Nada mais, Presidente.

“1. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 27, de 28/04/2008.

Comunica a designação do Conselheiro Hernán Rafael Cáceres Vera para prestar serviços nessa Representação.

2. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 26, de 02/05/2008.

Comunica haver enviado à Representação do Chile o decreto mediante o qual foi disposta a vigência do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 38, cumprindo com o processo de incorporação ao ordenamento jurídico interno do Peru.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2685.

3. Relatório da Décima Segunda Reunião de Técnicos do SICAP/ALADI (SICAP/ALADI/XII/Relatório). “

PRESIDENTE. Obrigado. Não havendo observações a respeito, passaríamos ao ponto 3.

### 3. Relatório do Coordenador da Reunião de Representantes Alternos

... Tem a palavra a Representação da Venezuela, neste caso na pessoa de Ramón París García.

Representação da VENEZUELA (Ramón París García García). Obrigado. Bom dia. Como foi decidido pelo Comitê na sessão passada, na terça-feira nos reunimos às 10 da manhã, Representantes das Embaixadas e Alternos, para entregar ao Comitê uma versão, que esperamos ser definitiva, do que será o Primeiro foro sobre a dimensão social da integração na ALADI.

Basicamente, depois de uma extensa discussão ou conversação, mais do que discussão, chegamos ao que os senhores têm em mãos, o Doc. Inf. 886/Rev. 2, do qual corresponde destacar o seguinte: o evento será realizado no dia acordado, em um só bloco, da manhã até a tarde. Os Representantes dos Governos ou as pessoas que os países delegarem para participar terão a manhã, desde as 9h15m até as 13 horas, para expor suas visões sobre como vêem este processo, e aqueles que assim o quiserem podem indicar suas experiências dentro de seu país.

Prévio a isto, logicamente, o ato será inaugurado pelo Secretário-Geral e pelo Presidente do Comitê, que apresentarão algumas palavras de boas-vindas.

Na tarde, decidiu-se por uma lanche aqui mesmo, e às 14 horas teríamos uma sessão com 6 instituições, ao menos 6 pelo que entendi, que eram: o MERCOSUL, a CAN, a CEPAL, o BID, o SELA e a UNASUL, não sei se me escapa alguma, de maneira que estas instituições ou organismos regionais de integração também tenham o mesmo tempo que os Estados terão, que, teoricamente, e pelo cálculos que fizemos, era de aproximadamente 15 minutos.

Por último, teríamos uma sessão de trabalho que começaria às 16h30m e terminaria depois de esgotado o debate com os Representantes dos países, e também com os interlocutores dos organismos de integração regional ou instituições que vierem aqui expor suas visões sobre o processo de integração.

Finalmente, acordou-se que a ALADI reunisse todo o debatido e fosse desenvolvido neste programa, de forma que logo se transformasse em um documento informativo que servisse de contribuição para a reunião de Vice-Ministros que teremos. Entendo que somente há uma coisa que não está concluída, que são os Moderadores da primeira, segunda e terceira parte, isso não foi decidido pelo Grupo de Trabalho porque tampouco tinha esse mandato. Imagino que daqui sairá a Resolução, é o único que falta, penso eu, a menos que alguma outra Representação queira acrescentar algo mais que eu tenha esquecido com respeito à reunião.

Eventualmente, devo dizer que houve acordo em geral de todas as Representações, e duas coisas basicamente foram modificadas: acrescentar mais um objetivo onde se assinala a importância do evento e como a informação que trabalharmos ali pode servir de contribuições; e, por outro lado, em razão de uma proposta da Argentina, foram modificados os três títulos que identificavam cada um dos trabalhos que seriam desenvolvidos depois.

Entendemos que cada organismo internacional vai pagar sua passagem e seus gastos internamente, e que ALADI somente vai cobrir os gastos dos representantes dos países que virão. Se o Subsecretário que me acompanhou ou alguma Delegação quiser acrescentar algo que não esteja dito, não terei nenhum problema com isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Sobre este programa, há uma proposta que deve ser submetida à consideração. Pela manhã, o Presidente do Comitê estaria de Moderador, e à tarde, seria o Secretário-Geral, quando das apresentações dos organismos regionais e internacionais convidados. Entendemos que, na reunião de Alternos, houve consenso em relação a esta proposta mas, de todas as maneiras, estamos no Comitê, que é a instância que toma a decisão. Está aberto o direito ao uso da palavra.

Ofereço a palavra ao Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, somente gostaria de comunicar algo que já foi mencionado na reunião de Alternos que esteve elaborando este relatório. A Secretaria, em cumprimento da decisão tomada aqui no Comitê, contactou imediatamente os organismos internacionais e recebeu uma resposta muito favorável, apesar do curto tempo que temos para a realização desse Foro, porque obviamente o tema interessa, então nem todos assistirão, provavelmente, mas recebemos uma resposta muito positiva. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, continua aberto o direito à palavra. Não havendo observações, teremos que fazer a partir de agora... Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente.

Minha única observação diz respeito ao fato de que não aparece explicitamente que se analisou na reunião de Alternos. Nossa Representação está de acordo com todo o documento, inclusive com os temas e com o tempo das exposições, agora consideramos importante realçar o fato da possibilidade de que a Secretaria, ao final da discussão da Mesa, possa trabalhar em um documento que não requer uma negociação, mas um documento que abarque todas as considerações feitas em relação com tudo o que resulte do seminário, e que esse documento possa ser aprovado depois pelo Comitê de Representantes, e se converta em uma contribuição para a reunião de Vice-Ministros. Repito, não um documento que tenha que ser negociado, mas sim que reúna todas as contribuições para que possa ser convertido em uma real contribuição a aprovação pelo

Comitê de Representantes, que pode ser como data sexta-feira 23, tendo dois dias para que a Secretaria possa preparar o documento. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Temos que insistir sobre isto. Primeiro, assegurar a presença de cada um dos Representantes de nossos países, cada país terá um Representante, terá seu custo assegurado, seu custo do traslado para a atividade em Montevideú.

Em segundo lugar, insistir em que devem ser transmitidos, o mais rápido possível, o nome e os dados da pessoa para poder emitir a passagem, para que não haja problemas de conexão.

Devemos insistir em que os Representantes de nossos países venham com as posições, as idéias para sua exposição, mas acompanhadas com propostas de como este tema, que é novidade em termos da discussão que vai se dar na ALADI, possa depois ter um tratamento mais concreto aqui no Comitê e, eventualmente, que possa servir como contribuição para que os Vice-Ministros que assistirem à reunião do 29 possam ter esse documento, esse material ou essas reflexões como insumos.

Também é importante que essa reunião termine com algumas conclusões, para que, abarcando o espírito da intervenção da Embaixadora de Cuba, possam depois ser consideradas em uma reunião deste Comitê, a Embaixadora propôs sexta 23. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Quero esclarecer algumas pequenas coisas. Concebemos isto como um primeiro foro de diálogo e discussão sobre o pilar social. Por meu país não vem nenhum representante. O representante tem um grau de formalidade que creio que este foro aberto à discussão não comporta. O participante do México, eu assim quis promover o convite para que tivéssemos aqui uma voz acadêmica, se encarrega de um Instituto de Desenvolvimento com Equidade em uma Universidade.

Então, não é representante, gostaria de esclarecer, é participante. Também neste mesmo – e o senhor o assinala – é um insumo, as conclusões serão insumos que aportam a um debate, mas não quero conceber esse insumo como algo vinculador ou algo a ser adotado por nós, simplesmente são idéias compartilhadas e debatidas, que nos enriquecem e depois, nós, em nossas deliberações, ou os Vice-Ministros tomarão decisões. Eu gostaria de esclarecer isto, sobretudo o tema de representante, eu diria ser mais correto dizer que é participante. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Penso que não há problema, porque cada Delegação determinará quem a representará. De todas as maneiras, a Representação do México indicou um participante do mundo acadêmico, mas haverá outros que assistirão representando os Governos, essa é uma determinação de cada Representação. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Penso que o Embaixador do México tocou um ponto importante, e seria bom que o tivéssemos claro para o Seminário, porque, como o senhor disse, podemos usar os resultados do seminário como insumos. A utilização que daremos a esses insumos é importante para que possamos aproveitar o máximo possível as discussões e reflexões que serão feitas aqui no foro.

O senhor tem toda a razão quando diz que cada Representação decidirá quem irá integrar a Representação ou sua participação. No meu caso, por exemplo, será, penso eu, espero que seja, um representante governamental, mas ele virá a título pessoal, eu mesmo enviei formalmente a comunicação a Brasília dizendo que mesmo sendo um representante do governo, ele virá a título pessoal, tanto que é convidado, suas despesas são pagas pela Secretaria da ALADI.

Penso que para que pudéssemos aproveitar ao máximo os possíveis resultados do foro, como havíamos comentado aqui, a Secretaria poderia reunir os resultados e, com isso, fazer um relatório e apresentá-lo a nós. Não vejo que seja o caso de aprovar aqui algum resultado do seminário, porque então não seria um seminário. Se tivermos que aprovar o que nossos representantes ou participantes do foro disserem aqui, então teremos que negociar, e não é o caso de negociar, não creio que estejamos aqui para negociar os resultados dos participantes que virão a título pessoal, sejam eles de entidades, sejam representantes de governo ou não. O melhor seria que a Secretaria pudesse reunir a reflexão que será feita no foro sobre a dimensão social, e que pudesse apresentar-nos esses resultados.

Se vamos entrar em uma discussão para aprovação, aí teríamos que negociar porque, neste caso, por exemplo, certamente falarão de uma maneira alinhada com as posições de meu Governo, mas não estarão aqui como funcionários do Governo, como representantes do Governo brasileiro, senão não seria um seminário. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, senhor Presidente.

No caso do Uruguai, queria adiantar que nós estamos fazendo gestões, certamente, diferentemente dos casos mencionados anteriormente, virá alguém do setor público e muito provavelmente alguém vinculado ao governo, ao Executivo.

De todas as maneiras, entendo como muito lógica tanto a necessidade de que haja algum relatório que resuma os temas considerados no seminário, como o fato de que me parece que não tenhamos que aprová-lo, porque não creio que as pessoas que vierem ao seminário venham investidos de algum tipo de autoridade, para aprovar um relatório destas características.

Tenho sim uma inquietude que queria transmitir, entendo muito bem e repetimos em diferentes Comitês que este é, dada a pressa, um primeiro foro, no qual vamos abrir o tema para começar a conversar. Eu me perguntava se, na reunião de Alternos, foram priorizados alguns temas vinculados ao setor social, porque o risco que me parece que se corre no seminário é que haja uma dispersão enorme de temas vinculados ao setor social que serão tratados pelos diferentes países: pode se tratar o tema da moradia, da saúde, da educação e podemos continuar enumerando distintos tipos de temas -que todos são importantes-, mas certamente alguns terão mais facilidades de serem encarados do ponto de vista de ter projeção para integração. Eu tinha que apresentar essa inquietude, pensar em voz alta, para que pudéssemos mais facilmente, depois, elaborar coisas que possam servir ao Comitê para buscar a projeção regional que poderia ter os resultados deste seminário. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.



Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente.

Somente para avançar no mesmo sentido que fizeram aqueles que me precederam no uso da palavra. Do Chile, virá participar no foro alguém que penso que todos conhecem, Roberto Pizarro, que esteve neste cenáculo e que ostenta realmente a condição de Assessor da Direção Geral Econômica. Mas não como representante propriamente do Governo, ele tem a liberdade de fazer uma contribuição mais ampla as posições de governo e, talvez, penso ser interessante acrescentar que ele antes foi Embaixador no Equador e Ministro de Planificação do Chile no Governo do Presidente Frei, então acreditamos que é uma pessoa que contribuirá substantiva para a discussão.

Desde já também me parece pertinente sublinhar o que o Embaixador do Brasil diz no sentido de que este é um seminário e, portanto, estão excluídas as negociações, o que o faz mais rico como possibilidade de aporte no tema da discussão sobre o pilar social. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Já temos um nome, então tomaremos nota para o respectivo traslado. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Bom dia, Presidente.

Somente duas pequenas observações, ainda que o Comitê não aprove o documento da Secretaria-Geral sobre este evento, mas ao menos deveríamos poder, ou ter o direito, de corrigir, desde a visão dos Representantes de nossos países, se esse documento na parte que concerne a cada país não reflete ou não reúne exatamente esse pensamento nesse relatório. Então, que pudéssemos, digamos, corrigir a versão concernente a cada país, que haja esse espaço no Comitê, melhor seria que aqui expressássemos que tal parte do documento não reflete exatamente o que foi dito. Porque, no caso de que venha uma pessoa com liberdade absoluta de refletir, não haveria problema, mas se não são reunidas as versões dos Representantes de Governos, poderia haver uma pequena distorção que poderia ser corrigida por nós. Nesse caso, diria que, quando conhecêssemos o documento de relatório do Comitê, pudéssemos corrigir tão somente nossa parte dos países, esse é um comentário.

O segundo é que me parece certo como os Alternos trabalharam, sem priorizar determinados temas. Creio que seria um pouco perigoso isso, porque se estaria desviando, se estaria indicando aos representantes que vierem sobre que tema devem pensar, quando estamos em um momento criativo, de construção, de busca, e o mais importante é que cada um assuma sua reflexão sobre as experiências que tem ou sobre o que acredita para onde a ALADI deve ir, sem que indiquemos quais temas são os que têm que pensar. Mais vale uma abertura de pensamento como está apresentado o documento, depois se verá para onde vão os países, que coincidências há, os pontos que os unem e também que os separam, e essas seriam as vantagens do convite aos organismos que não representam países, onde também sabemos o que estão pensando agora, esse seria o grande mérito deste evento, saber por onde vamos, por onde vão os países na intenção de construir uma possível mudança no melhoramento da ALADI. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón París García). Obrigado. Somente para responder às inquietudes do Embaixador do Uruguai. Entregaram-nos um documento e nos

falaram que, com esse documento, tentássemos, com os posicionamentos dos países, realizar o evento. Aí houve uma discussão sobre se falava-se dos problemas internos ou não internos, então, finalmente, decidiu-se que cada pessoa que viesse exporia o que considerasse importante, mas se daria a recomendação que a exposição fossem vinculadas ao processo de integração da ALADI. Finalmente, não estabelecemos nenhum tema, porque era complicado e difícil ficarmos de acordo nessa temática, então decidimos dar uma amplidão, mas no entendimento que o que aí se discutisse serviria de contribuição para o processo de integração em matéria social, que queremos levar aqui na ALADI. Somente isso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente.

É para manifestar que nós acreditamos que foi acordado realizar foros para tratar a dimensão social no âmbito da ALADI. Foro no sentido de um âmbito onde se apresentam idéias, onde se debatem essas idéias e, eventualmente, chega-se a alguma conclusão em uma ou várias das idéias apresentadas e debatidas: Portanto, o resultado esperável deste foro, -que todos pensamos que será uma contribuição útil para a reunião de Vice-ministros- é um relatório onde sejam refletidas, da forma mais fidedigna possível, as idéias apresentadas, o debate ocorrido ou, se houve alguma conclusão, a conclusão chegada entre os participantes desse foro.

Esse documento não é vinculador, não merece ser negociado pelos Representantes dos países-membros, nem tampouco acreditamos que deva ser emendado logo depois de realizado o foro, isso é, que se deve tomar como um insumo, como o que é, e sabendo a natureza que o debate teve, a natureza que tiveram seus participantes e o sentido com o qual foi convocado.

Acredito que é importante definir quem será o responsável por fazer esse relatório, como se quiser chamar, essa responsabilidade vai cair sobre os ombros da Secretaria, ou cabe a possibilidade de pensar em designar um Relator para esta tarefa que, sem dúvida, é complexa e muito importante. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. A Representação da Bolívia, em princípio, adota o relatório da reunião de Alternos em relação ao formato, aos objetivos e à descrição feita no relatório, e também gostaria de anunciar que estamos gerindo a participação de um representante governamental vinculado com os temas sociais da integração.

Em relação às sugestões no sentido do curso que dariam os resultados do foro, a Representação da Bolívia também estaria de acordo com que tenham o maior proveito possível, e creio que os insumos que saírem desse foro realmente devem servir como um aporte importante do Comitê para a reunião de Vice-Ministros.

Neste sentido, eu estaria de acordo com que a Secretaria-Geral pudesse sistematizar todas as idéias apresentadas, e elaborar um documento que deveria ter algum tratamento no Comitê para ser elevado aos Vice-Ministros. Creio que seria adequado, como apresentava o Embaixador do Equador, que fosse possível dar algum conteúdo maior ou enfoques que podiam emergir da própria reunião do Comitê para depois passá-lo à reunião de Vice-Ministros. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. A Colômbia dá grande importância a este esforço de realizar o primeiro foro sobre a dimensão social na integração no seio da ALADI, e estamos fazendo as gestões para ter uma representação. Ainda não estou em condições de informar se provém do Governo ou da academia, mas, em qualquer dos casos, a contribuição da Colômbia responderá à preocupação de nosso país neste campo.

Nós também acreditamos que o foro deve servir como uma instância de reflexão, de discussão não vinculador, esta discussão deve constituir-se em um insumo que permita introduzir, na agenda da reunião de Vice-Ministros, a preocupação da ALADI no tema social, principalmente o objetivo que entendo que estamos buscando e, naturalmente como confiamos sempre que a relatoria da Secretaria-Geral refletirá. De maneira que a Colômbia participará com essa visão desse foro, é um esforço grande porque a convocatória é muito próxima da própria realização do mesmo, e isso implicou alguma dificuldade em determinar quem vem. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Secretaria-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Como sei que serão feitas algumas conclusões sobre todas as exposições, queria manifestar o pensamento da Secretaria com respeito ao acompanhamento que vamos fazer do foro e a possibilidade de que seja preparado um relatório, como sugerido, Presidente.

Não haveria nenhuma dificuldade em prepará-lo, e nele seriam incluídas, obviamente, as diversas intervenções, o desenvolvimento do debate e eventualmente, caso haja, conclusões.

Quero assinalar que o tempo é muito curto para o dia 23, estamos falando de dois dias hábeis, então penso que, mesmo que Isaac, com sua experiência, diga-me que vamos estar em condições de fazê-lo, eu me atreveria a abrir o guarda-chuva e dizer que poderíamos ter para 23 um relatório preliminar.

Além disso, com respeito às intervenções, estamos falando de, ao menos, 20 intervenções formais, os doze países mais eventualmente os organismos internacionais, muito ajudaria, ao trabalho da Secretaria, que as pessoas que forem intervir, se é que têm um texto preparado, já nos enviem, para facilitar a elaboração do documento, e que seja possível fazer um acompanhamento dos posicionamentos. Isso era o que eu queria informar, Presidente.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Parece-nos que fixar uma data para uma reunião do Comitê dia 23, dois dias depois do foro, para receber ou tomar nota do Relatório que será produzido é muito breve. Pensamos que se poderia passar para a semana seguinte, pode ser terça-feira da semana seguinte e temos tempo para tomar essa nota do relatório e fazê-lo chegar às Capitais, para que o considerem antes da reunião de Vice-Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Acredito que umas questões são os tempos normais, e outro é quando há emergência. Uma catástrofe natural ou uma crise econômica não podem esperar sábados e domingos, ou deixar passar esses dias. Penso que a Secretaria, se não tem pessoal interno da ALADI, deveria contratar três pessoas ou quatro que trabalhem 16 horas no sábado e no domingo, para e preparar esse documento nesta data. Se não podem fazer os da ALADI, outros deveriam fazer, quando há situações assim emergentes não se pode pensar em que somente há dois dias úteis, podemos estirar o tempo, fazer turnos frente a um fato de suma importância, e isto acontece em múltiplos organismos internacionais e acontece em toda a história da humanidade. Quando há uma urgência, deve-se dar o investimento econômico e humano que se requer para enfrentar uma urgência. Penso que seria de muito proveito que se contasse com esse documento para as Chancelarias, não deixando que o documento saísse quase paralelamente, quando já estivermos em cima do evento da reunião de Vice-Ministros.

Proponho que a Secretaria deva resolver o problema com pessoal interno ou externo, e esse documento esteja pronto quando dele se necessite, e não fora do tempo. É uma necessidade, e se está em capacidade de pagar que venha um representante de cada um de nossos países, este é um problema pequeno com relação a outros custos. É um problema muito grande com relação ao que prejudicaria os países ao não contar com essa informação, inclusive as próprias pessoas que viriam das Representações para a reunião de Vice-Ministros. Portanto, sou da idéia que a Secretaria resolva esse problema, quando falta tempo, deve investir-se em mais pessoas, mas não podemos agir como se estivéssemos em uma situação normal.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Somente para precisar as datas, o seminário é a semana antes da reunião de Vice-Ministros, se não temos o documento sexta-feira, 23, os Vice-Chanceleres virão para cá sem o documento e sem conhecê-lo porque a próxima quinta-feira 29 é a reunião de Vice-Ministros. Falamos de 28 e 29, ou seja, os que viajam de longe têm que viajar dia 27, não sei, não há tempo, essa é a razão da pressa.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Penso que dia 23 é uma boa data para receber o documento, não penso que tenhamos que demorar mais, 23 nos daria tempo para enviar esse documento a nossas Chancelarias para que nossos Vice-Ministros, tenham como insumo para a reunião. Penso que a Secretaria tem capacidade suficiente para fazer este documento, mesmo que seja preliminar, para o dia 23. Não penso ser necessário contratar gente para isso. É tudo o que queria dizer. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Quero voltar a manifestar o que indiquei anteriormente, parece que fui mal interpretado.

A reunião será dia 20, o relatório está sendo solicitado para 23, não há nenhum feriado nem fim de semana nesse ínterim, são dias úteis de trabalho normal na Secretaria, e disse que nós estaremos em condições de apresentar o documento dia 23. Falei que poderia apresentar-se alguma dificuldade caso a reunião fosse muito extensa, com muitas

exposições, etc., que fariam com que o documento que apresentaríamos -eventualmente- pudesse ser considerado como um documento preliminar.

Verificamos o transcurso com o nosso pessoal da Secretaria, e eles nos manifestaram que não vêm nenhuma dificuldade, e que o documento poderá estar pronto dia 23. Logo, quando os senhores decidirem, a Secretaria colocará todo seu empenho e toda sua capacidade para cumprir com o mandato dos senhores.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, Presidente, mas para facilitar o mesmo trabalho: o substancial do foro vem a ser a terceira sessão que é o debate, o restante está preestabelecido, ou seja, cada um vai fazer, o trabalho substancial que a Secretaria fará no documento informativo que acordamos é a terceira parte, então, talvez nos comprometamos, cada um de nossos países ou organismos internacionais, a entregar a apresentação feita. É isso também não tem sentido, pois os Vice-Ministros não lerão isso, o que podem ler é o documento informativo, o resumo do que foi, -que vem da terceira parte-, assim os tempos não nos complicam, dois dias é mais fácil de serem trabalhados.

PRESIDENTE. Penso que há alguns elementos que são de absoluto consenso.

Em primeiro lugar, temos que dizer que este é um evento oficial da Associação Latino-Americana de Integração -ALADI-, porque isto está sendo convocado pelo Comitê de Representantes. Isso é o primeiro que temos que ter claro. É um evento oficial da ALADI.

Em segundo lugar, é um evento inscrito dentro de um conjunto de reflexões para que a ALADI possa, quanto antes, ter uma dessas questões das quais o Embaixador do Brasil falava, que falta na Instituição.

Não será o único, será o primeiro, como se disse aqui, porque pensar que nesse dia vai-se esgotar tudo o que for referente a um tema tão complexo e tão amplo como a dimensão social é ilusão, mas este é o primeiro foro, e já é uma decisão bem importante, e, portanto, esse documento que reflete essa reunião tem que vir a este Comitê, deve ser informado a este Comitê o que aconteceu na reunião e quais foram suas conclusões, porque este é um evento oficial da ALADI, o que também significa que é um evento onde se participa por país, independentemente de serem acadêmicos ou representantes governamentais. Independentemente se vem um nome da Venezuela, o que vier da Venezuela vem em nome da Venezuela, e quem vier da Venezuela não vai estabelecer uma discussão sobre este tema contraditório com que o Governo tem, penso que nenhum representante que venha, independentemente de sua condição, irá introduzir com toda liberdade, etc., mas penso que isso para mim está claro.

A Secretaria-Geral manifestou que não tem nenhum problema com a data 23, que era o que estava em discussão, creio que nós poderíamos fazer um esforço para reunir-nos no dia 23, e então a Secretaria-Geral nos apresenta o documento, um relatório que contenha precisamente o desenvolvimento do evento e quais foram as conclusões desse foro, e nós aqui, com toda liberdade, poderíamos dar nossas opiniões. Como se dizia, creio que todos temos interesse que este foro saia, e que nele também se possa discutir amplamente, e que de alguma maneira isso possa ser insumo para os Vice-Ministros, que tomarão ou não essas conclusões. Mas, em todo caso, concebe-se como um insumo, e tudo o que é insumo fica à decisão da máxima autoridade que venha para a reunião de Vice-Ministros,

se supõe virão nossos Vice-ministros e, logicamente, estarão em plena liberdade de levar em conta esses insumos. Tem a palavra o Embaixador do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Somente uma pontualização, com o mesmo ânimo de que esse é um insumo importante, etc., a pessoa que vem do México tem inteira liberdade e pode contradizer o Governo do México se lhe parece correto, não tem nenhuma instrução prévia, não vem com nenhum mandado. É o senhor Mauricio de María y Campos, que dirige uma Universidade -por certo Universidade Ibero-americana que alguns dos senhores conhecem, um Instituto de temas de pobreza e Equidade Social- ele vem a título pessoal, como acadêmico, é um homem de grande tradição acadêmica e, como funcionário, no nosso caso, ele pode dizer o que quiser, e se ele quiser contradizer ou criticar políticas do Governo do México, ele pode fazê-lo, e isso vai ser refletido na inteira liberdade que deve primar no documento de insumos, de aporte a um debate, a um diálogo aberto entre colegas e entre países irmãos. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Bem, temos outro nome para a reunião, o Embaixador do México manifestou sua opinião, e essa é a opinião que cada um de nós deve respeitar. Não havendo comentários... tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Sim, Presidente. É interessante a pontualização feita pelo Embaixador do México, e penso que é claro em refletir o que outros também disseram de outra maneira, e explico.

Número um, quando se falou da agenda, se falou que a agenda não é preestabelecida justamente para permitir a liberdade aos participantes, para que a tratem a partir de sua própria opinião.

Número dois, como não é um tema novo nem um documento vinculador, o que não tira da reunião o fato de que é convocada pela ALADI, permite que o insumo não seja preestabelecido previamente e que o que se exponha aqui tenha necessariamente que ter uma linha política ou uma visão preestabelecida. O que estamos vendo realmente para que seja rica a discussão, para que o insumo que se leve à reunião de Vice-Ministros tenha validade, é que haja essa liberdade. Não obstante, cada país é livre para escolher quem o representa e é livre para determinar se dá liberdade ou não para seu expositor. Mas parece-me importante assinalar que a riqueza do debate está centrada na capacidade de detectar os prós e os contras, as necessidades, que possam ser visualizada dentro do que pode ser um processo de integração, o ponto de vista social na América Latina.

Então, gostaria de assinalar esse posicionamento. Representação da Colômbia observa que deve existir essa liberdade dentro de uma discussão espontânea. Obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Como estamos falando sobre o espírito da reunião, quero fazer três comentários, e dois com relação ao expresso pelo Representante do Chile. Deixei passar naquele momento, mas como retomamos esse diálogo, não quero deixá-lo passar.

Não compartilho o seu critério sobre que o importante é o terceiro ponto. Nós, que estamos aqui, não sabemos qual será o tema, a pessoa, o país, ou qual dos três eventos será o que vai enriquecer mais, então não podemos subestimar de antemão nenhum dos três eventos que vão ser realizados, dizendo que o importante é o terceiro.

Em segundo lugar, creio que não merece que subestimemos os Vice-ministros, quando o senhor disse que não leriam tudo, e que se interessariam pelo último. Penso que é ruim generalizar e não sabemos, haverá mais pessoas que não lerão, mas outros sim, e não podemos colocar no mesmo saco todos. Falou-se de liberdade, parece-me bem, e eu prefiro neste, caso advogar pela transparência, a ALADI necessita de transparência. Não escondamos as coisas por debaixo do tapete, mas sim enfrentemos os problemas com clareza, com sinceridade e digamos que há alguma unidade entre o que se expressa e o que se faz, isso se diz duplo discurso, quando na realidade é um só discurso, dizemos uma coisa e fazemos o contrário.

A ALADI ganharia mais se esses espaços fossem aproveitados para ir aos problemas mais profundos, como diria Martí, radicais, ir às raízes, ir às questões, não ficarmos no superficial, mas sim que fosse feito um esforço real por ir aos problemas que entorpecem o desenvolvimento da integração e que entorpecem a ALADI. A isso, invocaria. Então, se vierem representantes que, com muita liberdade, podem expressar-se, porque isso quer dizer que não vão ter -tomara que venham- barreiras para somente dizer os aspectos positivos, mas sim que seja feito esse esforço e sejam assinalados os pontos de discrepância e os pontos em desacordo, obstaculizem o desenvolvimento.

Então, nesse caso, invoco que haja essa sinceridade na participação. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). Obrigado, senhor Presidente.

Não para polemizar com o Embaixador do Equador, somente para esclarecer porque parece que não me expressei bem ou que não me entendeu bem. Para o trabalho da Secretaria, para que tome nota do documento informativo, o substancial nesse trabalho é a terceira parte, porque é o mais improvisado. Não quer dizer que seja o mais importante, as outras apresentações não estão na Mesa Redonda de um debate, são apresentações que trazem cada um, como foi feito na reunião de Ministros, inclusive os países entregam sua intervenção.

Então, para facilitar o trabalho da Secretaria, o único que propunha era que cada país pudesse entregar sua intervenção, como podia ser pedido aos organismos internacionais. Obviamente, a Secretaria fará uma reprodução disso e fará um trabalho mais fácil para o documento informativo final, e o que é mais complicado do trabalho e o torna lento, quando se faz isto, é escutar a gravação, e transcrever a gravação, essa parte, o que se improvisa, o que não está reescrito é o terceiro painel. Isso somente quis expressar e não prejudicar, obviamente talvez seja o mais importante pode ser o primeiro tema, por algo está assim estipulado na ordem do programa. Isso é tudo, obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Bem, creio que tudo se esclareceu, então estamos de acordo com o primeiro documento. Realizaríamos uma reunião 23 para que se apresente o relatório do Primeiro Foro sobre uma dimensão social da integração na ALADI por parte da Secretaria-Geral. Insistir em que é importante que aqueles que venham tragam propostas concretas para este temam de suma importância. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, é a segunda ou terceira vez que o senhor diz que o importante no foro é que sejam trazidas e apresentadas propostas concretas. Pergunto-me se não seria o caso de incluir isto, de fato é a coisa mais importante, se vamos ter um foro para estar fazendo considerações conceituais sobre a

dimensão social, realmente melhor não fazê-lo, o senhor tem toda a razão, talvez, aqui no ponto dos objetivos do foro, no segundo parágrafo poder-se-ia acrescentar esta noção que os senhor repetiu três vezes com muita sabedoria sobre a necessidade de que sejam feitas propostas concretas.

Por exemplo, o segundo poderia dizer como sugestão, Presidente: “identificar temas ou áreas de interesses comum nas quais a la ALADI pudesse levar adiante ações por meio de propostas concretas de alcance regional” ou algo assim, diretivas, -usamos muito esta palavra antes do Conselho- “ações de alcance regional” é algum um pouco *flou*, talvez diretivas e propostas concretas, algo assim. Sugeriria fortemente que fosse possível acrescentar esta noção que o senhor repetiu várias vezes aqui. Penso que daria um tom mais objetivo às discussões que nossos participantes terão. Obrigado.

PRESIDENTE. Não havendo comentário sobre essa proposta.. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Não é que não a compartilhe, cremos que temos que ter cuidado com as palavras também, a idéia de diretivas já fala de certa capacidade vinculadora, e essa não é a situação quando aqui é um foro onde vão discutir especialistas, muitos deles não de governo. Aportes para ir construindo gradualmente este pilar social, se o foro vai emitir diretivas já não teriam que ser propostas, isso está muito bem, mas diretivas correspondem aos governos e, aí sim, ficaríamos muito fracos com um acadêmico que proponha diretivas. Então, temos que ter cuidado com isso, porque nesse caso não acompanharíamos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Não teria problemas em propostas e diretivas... A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Com a palavra diretivas tenho problemas. Propostas, não tenho problemas. Diretivas não, porque elas são tomadas pelos governos.

PRESIDENTE. Obrigado, a Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Para acompanhar o sentido do considerado pelo Embaixador do Brasil, e também o manifestado pelo Embaixador do México, sugiro a seguinte redação para o segundo parágrafo do ponto relativo aos objetivos do foro, diria assim: “identificar temas, áreas de interesse comum e propostas nos quais a ALADI possa levar adiante ... e continua com esse redação. “Identificar temas, áreas de interesse comum e propostas”. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Absolutamente de acordo com o considerado pela Representação Argentina.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). De acordo com a proposta do Brasil e também com o acrescentado pela Argentina. Parece-me muito que, depois de uma reflexão, aterrisse-se, concretize-se com propostas que são orientações que para mim pode ser qualquer, governamental ou não. Esta é uma forma, digamos de expressar ou sintetizar o que se pensa que podem, esta palavra neutra me parece muito bem proposta, que para outros podem ser recomendações, podem ser conclusões, mas como isto poderia criar um



desgosto, fica melhor essa palavra neutra propostas, mas me parece bem que aterrissemos onde se quer chegar depois de uma reflexão. Obrigado.

PRESIDENTE. Estou lendo o pensamento do Embaixador do Brasil, tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Talvez outra fórmula, sempre acrescentando ou somando ao que os colegas disseram: "Identificar temas ou áreas de interesse comum e propostas" isso tudo caberia no seminário, os participantes identificariam temas, áreas de interesses comuns e propostas, aí seguiríamos: "nos quais a ALADI pudesse levar adiante ações concretas", assim se colocaria a palavra concretas ou seja corresponderia a nós, a ALADI, levar adiante. Eu estaria de acordo em pôr adiante diretivas também, mas diretivas ou ações concretas, e ações concretas, algo assim, aí sim seríamos nós que estaríamos levando adiante ações concretas ou diretivas. Obrigado.

PRESIDENTE. Li o pensamento, creio que estamos de acordo com isso. Não iniciemos um debate lexicográfico, penso que com isso de ações concretas ... A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Concretamente, ações concretas verdade? Perfeito.

PRESIDENTE. Vamos ler outra vez para que fique claro. Leia, por favor, Embaixador do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente, como sempre em meu perfeito portunhol, "identificar temas ou áreas de interesses comuns e propostas nos quais a ALADI possa levar adiante ações concretas de alcance regional" e assim por diante. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Parece-me que não cabe pelo seguinte, depois disto segue: ... ações concretas da ALADI que possam servir de insumos para a próxima reunião de Vice-Ministros. Nós não vamos trabalhar nada do que se disse aqui antes da reunião de Vice-Ministros, as ações concretas são depois de ocorrer a reunião de Vice-Ministros, digam-me se não, aqui diz: identificar temas, áreas de interesse comum e propostas nos quais a ALADI pudesse levar adiante ações concretas de alcance regional, mas depois diz que possam servir de insumos para a reunião de Vice-Ministros, ou seja, as ações concretas é algo posterior, somente propostas porque ações concretas não porque não vamos fazer nada como insumos, estou falando no conjunto da redação do ponto.

PRESIDENTE. Não sei como se diz em outro país, mas na Venezuela se diz: "se enredó el papagayo". A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Talvez tenha razão a Embaixadora de Cuba, mas a verdade é que é o problema do parágrafo em si, a idéia aqui é que há uma fase intermediária em que a ALADI pudesse trabalhar para justamente preparar os insumos para a reunião dos Vice-Ministros, mas já vimos que teríamos dois dias, estávamos calculando para fazer isto, um dia e meio como o senhor disse, porque muitos vão viajar. Tenho um ponto sobre isso, mas depois falaremos.

Poder-se-ia dizer: “identificar temas ou áreas de interesse comum nos quais a ALADI pudesse levar adiante ações concretas” ou “propostas de ações concretas de alcance regional” poderíamos tirar “propostas” de cima e colocar: “levar adiante propostas de ações concretas” é o mínimo, penso, que se espera da ALADI para a reunião de Vice-ministros, “propostas de ações concretas”, se tiraria de cima e se colocaria adiante “propostas de ações concretas de alcance regional”. Obrigado.

PRESIDENTE. Leia-o novamente, Embaixador.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Diria: “identificar temas ou áreas de interesses comum nos quais a ALADI pudesse levar adiante propostas de ações concretas de alcance regional que possam servir de insumos”...

PRESIDENTE. A Embaixadora de Cuba diz que está de acordo, o Embaixador do México, também? Está bem, então vamos incluir isso no texto e distribuí-lo. Estamos de acordo?

Creio que todos temos que fazer um esforço por garantir o sucesso deste foro, que é garantir o sucesso da reunião de Vice-Ministros e garantir, com sucesso, o que temos pendente, a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros. Bem, não havendo outra observação, passaríamos agora ao ponto 4.

4. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos países de menor desenvolvimento econômico relativo

... Sou o Coordenador desse Grupo e neste momento, como Coordenador, tenho que dar o relatório.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Nós tivemos uma reunião do Grupo como se havia acordado aqui neste Comitê. Realizamos efetivamente essa reunião 29 de abril, os temas abordados foram os seguintes: 1. Estado de situação dos projetos a favor dos PMDERs, e o 2. Plano de Ação a favor destes países.

Com respeito ao primeiro ponto; situação dos projetos a favor dos PMDERs, a Secretaria-Geral explicou, em termos gerais, a situação dos projetos em execução sustentados no documento informal 888, denominado “Estado de situação dos projetos a favor dos PMDERs”, logo as Representações realizaram algumas consultas à Secretaria e esta tentou dar-lhes resposta a essas consultas. Foi solicitado que esse documento tivesse prazos e recursos financeiros. Depois a Secretaria informou sobre o conteúdo e estado de situação de 5 projetos que tinham reservas transitórias de recursos.

A esse respeito, o Grupo de Trabalho, depois de uma análise da informação recebida e da opinião expressa pelos PMDERs em relação à implementação de ditos projetos, acordou submeter este Comitê à aprovação destes 5 projetos que originalmente tinham reservas transitórias de recursos para, posteriormente, designar-lhe os recursos financeiros previstos inicialmente. Isso sobre o estado de situação dos projetos.

Depois, analisamos o ponto 2. Plano de Ação a favor dos PMDERs. Neste tema o Grupo de Trabalho considerou pertinente avançar na instrumentação do Plano de Ação, para o qual entendeu pertinente apresentar o tema a este Comitê, em dito texto serão recolhidos os aportes realizados pelas Representações.

Deve-se deixar constância que a Delegação do Brasil expressou suas reservas neste ponto, entendendo que o referido Plano faz parte de um projeto de resolução que junto a

outros -como se sabe- foi elevado à consideração da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros. Reafirmou-se a necessidade de contar com o referido Plano por razões vinculadas ao conhecimento antecipado dos projetos a favor dos PMDER para sua melhor planificação e seguimento das atividades específicas e, além disso, para estar em melhores condições de colaborar com os PMDERs desde o início o das atividades, e a isto se anexa o Plano de Atividades. Este é o primeiro relatório, e está à consideração.

Está aberto o direito ao uso da palavra. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Parece-me que o que corresponde, estamos recebendo o relatório neste momento, é levá-lo às Representações para serem lidos, e elas trarão os comentários e as observações na próxima sessão.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente.

Penso que nós, que trabalhamos muito, inclusive para preparar o Conselho, com um projeto de Resolução que, pelo menos para minha Delegação, era um dos mais vitais do Conselho que foi o projeto de Resolução sobre o PMDER, preocupa-me, Presidente, que haja recursos para os PMDERs, para o Sistema de apoio dos PMDERs, e que esses recursos não foram usados e, por isso, segundo o Regulamento da ALADI, houve uma necessidade de transferir esses recursos para o Fundo de Capital de Trabalho.

Pergunto se o Grupo de Trabalho tem em conta quais são as ações que estão sendo planejadas para justamente usar esses recursos, para fazer utilização desses recursos de maneira que os recursos possam voltar, ser úteis e ser utilizados de acordo com os interesses dos PMDERs. Ou seja, não posso deixar de dizer que é uma pena que não tenha sido cumprido de uma maneira efetiva o programa de atividades para que esses recursos pudessem ser utilizados.

Quais são essas ações que o Grupo de Trabalho está pensando em fazer para que esses recursos possam ser efetivamente usados? Obrigado.

PRESIDENTE. Antes de ceder a palavra à Secretaria-Geral, quero esclarecer que no Grupo foi feita uma exposição sobre os 5 projetos que estão relacionados com este tema do Capital de Trabalho que não haviam sido desenvolvidos, não haviam sido utilizados os recursos e ali se explicou, detalhadamente, cada um deles e foi considerado o que esse relatório reflete esse relatório, não sei se creio que a Representação do Uruguai fez uma proposta, que penso que poderemos considerar neste momento, mas, de todas as maneiras, vamos escutar a Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Como os senhores sabem, a Coordenação dos países de menor desenvolvimento dentro da estrutura da Secretaria corresponde a um dos Subsecretários que está presente, o doutor Maidana, mas gostaria de manifestar a mesma preocupação que anima este Secretário-Geral a respeito do que manifestou o Embaixador do Brasil.

Parece-me totalmente inaceitável e irregular que existam projetos com data de 2004 que ainda não foram executados, e que continuem como projetos que temos que arrastar, passando-os ao Fundo e depois voltar. Algo falhou, e temos que nos empenhar. Como representante de um país de menor desenvolvimento, tenho uma profunda preocupação do

tema e é minha intenção convidar os Embaixadores do Equador, da Bolívia e do Paraguai para tratar o tema e tentar superar esta situação, que não considero normal. Qualquer orçamento de qualquer Instituição do mundo ao não ser executado, há dois caminhos, isso já passa a contas incobráveis e não se esquece desses fundos ou passa a um fundo de reserva, como é o caso que nós estamos fazendo, e parece muito normal, muito lógico, muito desejável ajudar aos Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo, mas não podemos estar tão atrasados, algo falhou, e quero encarar-lo com os Embaixadores para ver o que podemos fazer juntos para que esta situação seja superada, se for possível. Este é último exercício pelo qual estamos atravessando esta situação, salvo as explicações que até agora me deram e não me convencem, eu também não sou um néscio, se vejo razões vou entendê-las, e eu mesmo serei aquele que defenderá a situação, mas meu desejo é que possamos superar isso e que os países de menor desenvolvimento que recebem esta importante contribuição possam usar em tempo e forma esses recursos para o melhor desenvolvimento daqueles projetos que estão na pasta.

Além disso, quero manifestar algo que expressei anteriormente a muitos dos senhores pessoalmente, mas quero reiterá-lo: nós trataremos não somente estes temas nos projetos, ou nestas consultorias, mas sim em todas que a ALADI vier a realizar. Não estejamos dispersando esforços, vamos instar aos governos, vamos colaborar com eles para ter projetos importantes que realmente tenham impacto, e não estar repartindo em pequenos projetos. Isto é uma questão de casa, os senhores conhecem muito melhor que eu porque o viveram e continuam vivendo, mas quero dizer-lhes que é meu desejo, com os países de menos desenvolvimento econômico relativo, presentes, Bolívia, Equador e Paraguai, trabalhar para poder apresentar à ALADI uma imagem dos países que sabem aproveitar estes recursos, repito em tempo e forma. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Pergunto à Embaixadora da Colômbia o seguinte, e pergunto por duas razões, porque foi a primeira que levantou a placa e também porque é mulher. Não sei, problema de método

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Queria dizer uma coisa breve. Gostaria de fazer uma pequena intervenção, naturalmente que os PMDERs têm a palavra, mas gostaríamos de complementar dizendo que este ponto está intimamente ligado com o relatório da Comissão de Orçamento que me corresponde apresentar hoje e que talvez a visão possa ser complementada melhor depois do relatório de orçamento e também coincidir que não me sinto em capacidade hoje de tomar uma decisão frente ao programa apresentado pelos PMDERs. Assim coincido com a Representação do Uruguai de que é oportuno levá-lo, e dizer aos senhores que tenho insumos que certamente vão facilitar nossa decisão. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Obrigado, Presidente. Nós, como país de menor desenvolvimento econômico relativo, gostaríamos de diferenciar os projetos que estão, esses 5 projetos fundamentalmente, retrasados e que estão em discussão. Gostaríamos de diferenciar primeiro um grupo de três projetos que correspondem aos países, neste caso dois do Equador e um da Bolívia.

Nós gostaríamos de assinalar que, desde 2005, a designação de fundos vem produzindo seus atrasos, portanto, na execução dos projetos em relação a cada um dos países também vem se produzindo certos atrasos. No nosso caso, nós apenas havíamos podido começar a desenvolver os projetos de 2007 em agosto do ano passado, por esse motivo alguns projetos atrasaram. Dois projetos específicos e alguns deles, inclusive, que

constam dos documentos, são projetos, como assinalado pelo Secretário-Geral, de impacto, são projetos que têm uma duração de 9 meses, nos quais há uma participação das entidades nacionais, sobrepassando ou indo além dos prazos dos períodos fiscais da ALADI. Nós pedíamos por essa razão que exista uma consideração especial àqueles projetos nos quais há atrasos referentes a mesmas, tomando em conta que o tempo no qual os projetos foram aprovados e o início é muito curto, em relação ao período fiscal.

Segundo, os outros dois projetos são referentes fundamentalmente aos temas de apoio ou de uma análise da cooperação em geral que os três países recebem de diferentes âmbitos para poder, de alguma maneira, coordenar e obter melhores resultados do conjunto da cooperação, não repetir esforços. Acreditávamos que era um esforço, uma avaliação que a própria Secretaria-Geral deveu tê-lo feito.

Não foi realizado por diferentes razões, porque também iniciamos um plano ou as diretivas, e logo um plano de ação a favor dos PMDERs, que também tomou muito tempo. Acreditávamos que esses recursos e esse exercício são fundamentais, básicos, para poder impulsionar o que todos queremos. Penso que o senhor Secretário-Geral o sintetizou bem, programas de impacto, não queremos programas que tudo seja resolvido em Consultorias, em estudos que muitas vezes não podem ser aplicados, que são inaplicáveis e passam ou passaram e continuarão passando. Queremos aproveitar a cooperação que nos dá a ALADI, por isso é que queremos impulsionar, por isso é que pretendemos e solicitamos ao Comitê de Representantes impulsionar o Plano de Ação. Um Plano de Ação bianual que nos permitirá, de alguma maneira, ter projetos que não vão ser tampouco imensos, mas sim que, penso, terão resultados de maior impacto.

Esses dois projetos são precisamente os dois projetos do 2004. Nós pedimos no Grupo de Trabalho que se vincule ao Plano de mais longo alcance, a um Plano que, não sei, pode ser quinquenal ou trienal, mas gostaríamos que esses recursos pudessem ser utilizados para trabalhar desde já em um plano que tenha maior alcance a favor dos PMDERs. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, senhor Presidente. Em princípio, a Representação da Bolívia aprova o Relatório apresentado pelo Coordenador do Grupo de Trabalho, mas quero enfatizar, particularmente, no tema dos 5 projetos que estariam também sendo aprovados, para que fosse possível destinar os recursos necessários para sua implementação.

Também quero fazer referência à reflexão do Secretário-Geral sobre as dificuldades que teria havido em relação à execução dos projetos que arrastamos desde 2004/2005.

No caso da Bolívia, se houvesse projetos de interesse oportunamente apresentados e se não fossem executados, por exemplo no ano 2004 porque não havia recursos, havia uma crise financeira na ALADI, se fossem atrasados alguns projetos, incluídos os de 2005, a Bolívia sempre manteve o interesse em que fossem implementados, mas também nesse ínterim houve mudanças políticas na Bolívia, diferenças de prioridades para os projetos, então isso foi um pouco o que dificultou a execução. Mas também devemos levar em conta que a maturação para a apresentação de projetos é um processo burocrático que tem que acontecer em cada país, no caso particular da Bolívia também é lento, além disso, se avaliamos o desgaste que tem o trabalho somente de consultorias, penso que o Comitê teria que adotar alguns critérios que não sejam circunscritos os recursos unicamente a consultorias, porque efetivamente na Bolívia há um desgaste nesse sentido.

Em todo caso a Bolívia ratifica seu compromisso de que vai solicitar às instâncias que correspondam para implementar oportunamente os projetos, inclusive os que vão ser conformados dentro daquele pacote de projetos para a presente gestão. Estamos no mês de maio e ainda não foi conformado o pacote de projetos, ou seja, existe este tipo de dificuldades que queria fazer notar. Muito obrigado.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Com relação a esses 5 projetos, minha Representação quer esclarecer o seguinte. Com respeito aos de 2004, nós temos a mesma preocupação que o senhor Representante do Brasil e o Secretário-Geral, e isso comunicamos à Secretaria-Geral.

Para nós, ao menos para minha Representação, não é possível que estejamos quase 4 anos com estes projetos pendentes, então nos parece que esses itens que estão aqui reservados poderiam muito bem ser destinados a outros projetos de maior atualidade que estes que temos aqui.

O Paraguai já não tem interesse nestes projetos, estes 2 projetos, um é uma consulta que a Secretaria-Geral tem que fazer com os responsáveis de organismos, e parece que, embora seja válida a consulta que possa ser feita, há meios para fazer agora e vai resultar muito mais econômico e eficiente fazê-lo por outra forma que uma consultoria ou uma viagem a nossos países. Dos outros 3, não posso opinar validamente porque ao projetos do Equador e da Bolívia. O Paraguai está disposto a acompanhar a posição do Equador e da Bolívia nestes outros 3 projetos.

Com respeito ao Plano de Ação, penso que a posição do Paraguai é bem conhecida, já a manifestamos em uma sessão anterior. Nós acreditamos conveniente que o Plano de Ação seja aprovado neste nível, que não esperemos um Conselho de Ministros para aprová-lo, tendo em conta que é para dois anos, e já estamos na metade do primeiro. Para nós, é sumamente importante começar a implementar este Plano de Ação que vai significar uma mudança no programa de apoio aos países de menor desenvolvimento. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Não havendo outra Representação que queira fazer uso da palavra. O Representante do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Farei uma intervenção um pouco heterodoxa, e quero deixar claro que estou de acordo com o que foi dito aqui. Pode ser vista como uma reflexão, como a de meu querido colega Embaixador Vera do Equador.

É simplesmente uma reflexão, e não tem nada que ver com o que foi falado aqui sobre os PMDERs. Quando ouço PMDERs, sempre penso que o México é um grande PMDER, que eu conheço a América Latina, no Brasil há PMDERs também, e no próprio Chile há PMDER. Há regiões de meu país sumamente pobres, sumamente atrasadas e as mentirosas médias escondem, e às vezes ainda penalizam as populações dos grandes países latino-americanos por dimensão demográfica, econômica total, zonas de enorme pobreza e enorme atraso.

Todos nossos países, todos sem exceção, têm um componente de PMDER, isto o digo com um espírito muito fraterno, muito de quando escuto isso, creio que agora que estamos construindo o pilar social não esqueçamos essa brutal contradição em algumas de nossas sociedades, onde há um grande desenvolvimento industrial e econômico por um lado; e por outro lado, enorme atraso, pobreza, falta infra-estrutura e falta de serviços e digo como mexicano, mas tive a fortuna de que em minha vida profissional tenha ido a todos e a cada

um de nossos países, e todos temos um grande componente de atraso, de menor desenvolvimento, de pobreza, de insuficiências. E isso deveria ser levado em conta em nossas deliberações. Com isso, por nenhum motivo, quero infringir o esforço e o fato que fez a ALADI para países irmãos, simplesmente quero dizer que todos nos fraternizamos com essa condição. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Esperemos que o Grupo dos PMDERs não cresça depois da intervenção do Embaixador do México, porque se damos as boas-vindas ao México nos PMDERs, penso que daremos as boas vindas a todos.

Penso que, quanto à proposta do Representante do Uruguai, recebido o Relatório, vamos fazer a consideração na próxima reunião do Comitê. Quero repetir que esses 5 projetos foram apresentados com detalhes no Grupo de Trabalho dos PMDERs, e algo que está claro é que devemos tomar uma decisão rapidamente, porque já estamos em maio e depois todos seremos responsáveis pelo atraso deste ano, então que pensemos nisso e na próxima reunião possamos já tomar uma decisão a esse respeito. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Penso que esta discussão foi útil porque chegamos realmente à conclusão de que há muito trabalho a fazer no Grupo dos PMDERs. O Paraguai diz que não tem mais interesse em algum dos projetos que estão em curso –algum dos projetos - a Secretaria falou inclusive que a situação de não uso de recursos era inaceitável, e mesmo irregular. Penso que é o momento de concentrar os esforços em acertar essa situação -, porque realmente não deveria ser usual e não deveria ser aceitável.

Refiro-me ao seu Relatório do Grupo no ponto 2, em que o senhor diz: com relação ao Plano de Ação futuro, o Grupo de Trabalho considerou pertinente avançar na instrumentação do Plano de Ação e, logo depois fala da reserva da Delegação do Brasil com relação ao dito na semana passada na nossa reunião sobre a questão de fragmentar nosso trabalho ou o pacote de muito equilíbrio, frágil equilíbrio, mas de muito equilíbrio, que conseguimos ter para o Conselho. O Plano de Ação que está aqui faz parte deste pacote, e volto a explicar por que minha Delegação expressou sua reserva em relação ao uso deste Plano de Ação em separado do pacote, para que não fragmentássemos o trabalho que estivemos fazendo para o Conselho.

É um plano de ação importantíssimo, creio que devemos manter o *status* de um projeto de Resolução para o Conselho. Imagino que, e todos estamos de acordo, nossos Ministros vão ter um Conselho, uma reunião do Conselho este ano. A idéia era de que fosse dentro de quatro meses, algo assim, mas, de todas as maneiras, eu deixaria este Plano de Ação de lado pelo momento e trabalharia para tentar ajustar a situação dos projetos mais antigos, não? Faria um reparo somente ao texto apresentado pelo senhor Presidente, que diz: “Neste tema o Grupo de Trabalho considerou pertinente”, não foi o Grupo de Trabalho que considerou pertinente, porque a Delegação do Brasil não considerou pertinente avançar, eu poria: “O Grupo de Trabalho considerou a possibilidade de avançar...” pode, assim, aí penso que corresponderia mais ao espírito e às discussões do Grupo de Trabalho. Eu pediria somente esta alteração em seu Relatório, Presidente. “Considerou a possibilidade de avançar...” e ao se mantém a reserva da Delegação do Brasil.

Estou tentando somente preservar a importância do pacote de trabalho que estivemos analisando durante tanto tempo, e do qual o Plano de Ação faz parte para uma decisão de nossos Ministros. Obrigado Presidente.

PRESIDENTE. Não tenho nenhum inconveniente em que se possa acrescentar o que propõe o Embaixador Regis, de todas maneiras simplesmente para dizer que isso esteve na agenda e foi considerado, por isso se disse: “considerou pertinente avançar”, porque esteve na agenda, e a agenda foi aprovada e foi considerada nos PMDERs com todos os países que participaram e depois foi dito: “para o que entendeu pertinente” apresentar esse aqui. Mas nunca, digamos, ali nesse ponto, não houve observação. Onde houve observação foi no sentido de trazer ao Comitê o Plano de Ação, e para isso se pôs a reserva da Delegação do Brasil, mas não há nenhum inconveniente em colocá-lo aí.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). O senhor não tem inconveniente, Presidente, mas eu sim, porque não está refletindo a realidade, porque entendo que é somente a Delegação do Brasil que esteve em desacordo, e se isso fosse redigido como proposto pelo Brasil, é que a maioria do Grupo decidiu estar em desacordo e acima disso se soma a reserva do Brasil, isso queria dizer. Não reflete a realidade da discussão.

Entendo que 11 países estiveram com esta tese que está aí, e somente o Brasil esteve em desacordo, então não acredito que reflete a realidade apresentar o que o Brasil sugere e o que o senhor, de bom coração, aceita, mas, em todo caso, creio que não reflita exatamente a realidade do Grupo e do pensamento dos Governos sobre o que foi discutido sobre esse tema.

Isso queria dizer, creio que nos faz falta sermos mais diretos, mais francos na condução dos temas, às vezes sermos demasiado diplomáticos faz com que não avancemos, porque se postergam os problemas e não os enfrentamos.

PRESIDENTE. Obrigado, todos temos bons corações, Embaixador. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Não sei se este Comitê pode introduzir modificações ao Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho. Se for assim, teria que refletir no primeiro parágrafo que a maioria dos países esteve de acordo em tratar este tema, exceto um, então, se fosse possível corrigir o Relatório, haveria que refletir essa situação: foram 11 países que disseram que havia que tratar este tema, trazer este tema ao Comitê, e o Comitê anterior havia encomendado ao Grupo de Trabalho analisar este tema. Então podemos dizer que considerou a possibilidade, não tinha o mandando de tratar este tema e de trazer de volta o tema aqui ao Comitê, assim é que, se possível, eu corrigiria “a maioria de países esteve de acordo com o tema, e houve um mandado do Comitê para tratá-lo” e que um país não tenha estado de acordo, isso está no seu direito. Obrigado.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Estou de acordo com a primeira parte do proposto pelo Paraguai, ou seja, a maioria dos países considerou pertinente, não foi o Grupo de Trabalho, e, segundo, não houve mandado do Comitê, isso não pode ser porque eu não estava de acordo com isso, então não havia acordo do Comitê nem houve um mandato do Presidente. O que aconteceu foi algo informal, que o Grupo de Trabalho se ocuparia disso, não houve mandado do Comitê.

Então, eu estaria de acordo que fosse colocado à consideração da maioria dos países, ou algo do gênero.



PRESIDENTE. Parece que está ficando interessante. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Não, não ficou interessante. Vamos esclarecer, eu penso que houve um mandado.

Houve um mandado, e podemos ratificá-lo aqui. Todos nós estivemos nessa sessão, e nessa sessão alguém propôs enviar ao Grupo de Trabalho, que o Grupo de Trabalho analisasse, é um mandado, então que não me digam que não houve mandado, e que foi uma coisa informal em uma reunião formal do Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Sigo insistindo que a coisa fica interessante. Está aberto o direito ao uso da palavra. A Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Confio na memória de meu Alternô, que me disse que o senhor havia dito, e isto está na gravação, e sou capaz de apostar, por isso mandaria ao Grupo sem nenhum compromisso do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Se os senhores me permitem, na próxima reunião proposta pelo Embaixador do Uruguai, onde será tratado o Relatório, teremos a versão exata do que foi dito.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Além disso, deveria ser visto o que dizem as Atas. Porque se as Atas foram apresentadas, não sei se aprovadas ou não, então também temos que ver essa versão apresentada pela Secretaria, e que em todo caso penso que é um ponto de muita importância que estamos tratando, não está em jogo quantidades de dinheiro, estão em jogo posicionamentos para a integração, para um compromisso real, para dar um passo a mais de onde nos encontramos, e esse é o valor do tema que estamos tratando.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, não penso que valha a pena que discutamos sobre isso. Eu somente queria deixar claro um ponto sobre isto, e minha preocupação maior, eu não sou de estar pedindo a toda hora a palavra para falar de coisas que não parecem muito importantes, minha preocupação agora é preservar o que conseguimos para o Conselho, e não fragmentar o que temos como pacote para o Conselho, essa é minha preocupação.

Penso que é um tema que merece uma decisão do Conselho, o Plano de Ação é uma coisa por demais importante para que o tiremos como pedacinhos do pacote que preparamos para o Conselho, e que comecemos a trabalhar sobre ele como se nunca tivéssemos preparado todo um pacote com frágil equilíbrio, mas com equilíbrio para o Conselho.

Minha preocupação é essa, o Grupo de Trabalho pode fazer o que quiser, não há problema com relação a isso, mas, por favor, vamos preservar o projeto de Resolução e o Plano de Ação como o fizemos, como o preparamos e como o negociamos, junto, inclusive,

com interesses diversificados, diversos de outros projetos de Resolução, há um equilíbrio aí, temos que preservar e respeitar isso, essa é minha única preocupação. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Penso ser importante que nos remetamos à Resolução 310, de 16 de novembro de 2006, onde fica estabelecido o mandato para que seja elaborado o Plano de Ação.

O Plano de Ação tem atraso, então, penso que isto também ficou referendado por esta Resolução, ou seja, o Plano não necessitava nem sequer ter um mandato do Comitê, é um mandato da Resolução 310. Obrigada.

PRESIDENTE. Alguma outra Representação? A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Somente queria insistir, se os senhores permitem. Quando passarmos ao próximo ponto, no relatório que eu apresentar ao Comitê, vamos encontrar elementos que penso serem importantes ter em conta nesta discussão, e que não quis tomar a palavra para não me repetir, mas estou esperando este momento. Então convidaria a todos a encerrar o tema, entendendo que vamos tratá-lo de maneira mais profunda e mais completa na próxima sessão do Comitê e escutássemos o relatório da Comissão de Orçamento que, na minha opinião, fornece alguns elementos que nos permitem ter uma melhor visão destes temas que estamos discutindo.

PRESIDENTE. Sim, a Embaixadora da Colômbia está fazendo uma proposta, o que acontece é que são duas situações. Uma, a situação dos 5 projetos que não puderam ser executados, e outra, é o Plano de Ação, dos PMDERs, tem que ser discutido e aprovado neste Comitê ou não, essa era a discussão.

Proporia o seguinte: levamos o Relatório conosco, e na próxima sessão do Comitê voltaríamos sobre isto, com a seguinte orientação: há uma observação da Delegação do Brasil refutada pela Representação do Paraguai, vamos resolver isso neste momento, como fazemos a redação aqui? Porque se for nos termos considerados pela Delegação do Brasil, teríamos que acrescentar “como possibilidade”, foi assim que disse a Delegação do Brasil? Então, neste tema o Grupo de Trabalho, em uma maioria de 11 países, considerou pertinente avançar... e continua o mesmo, estamos de acordo com isso? Depois há a reserva feita pela Delegação do Brasil, então ficaria assim: “Neste tema o Grupo de Trabalho, em uma maioria de 11 países, considerou pertinente”, -é maioria esmagadora, Embaixador. Então ficamos com a redação e voltamos com esta discussão na próxima reunião. Creio que é fundamental que os países de menor desenvolvimento, os Representantes possam expressar suas opiniões na próxima reunião para ver como nós podemos avançar neste ponto.

Temos que esclarecer, de todas as maneiras, que o Embaixador do Brasil não deu importância ao final, mas eu sim tenho que dar importância, temos que buscar a Ata onde foi considerada a reunião do Grupo dos PMDERs, depois de ter sido considerado na reunião o tratamento do documento referido a Forças Produtivas, e ali lembro de ter feito a proposta de reunir o Grupo, e que íamos avançar no Plano de Ação. Mas, de todas as maneiras, deve buscar a transcrição porque essa consideração foi feita no seio do Comitê e aí as 11 Representações disseram que efetivamente havia sido convocada a reunião deste

Grupo para tratar, entre outros, o Plano de Ação. De todas as maneiras, vamos ver realmente a transcrição, espero que o resultado da mesma não gere sanção.

Passemos ao ponto 5.

#### 5. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas

... Vamos ver este tema que a Embaixadora da Colômbia disse que tem uma solução mágica. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Gostaria de dizer algo a respeito do ponto anterior. Não é cômodo ficar em evidência contra a maioria, Somos um grupo que gosta do consenso, que busca o consenso. Quero dizer que entendo perfeitamente, compartilho a filosofia de Regis porque conversamos sobre a necessidade de salvar o que construímos, creio que, nesse princípio, estamos todos absolutamente de acordo, e mais do que buscar na Ata e marcar que você se equivocou ou não, seria muito bom conversar serenamente, porque creio que compartilhamos a filosofia: salvar o que fizemos e dar majestade, uma categoria correta. Eu, com esse princípio, tenho toda a simpatia e toda a empatia do mundo, além de que é certo, porque o México também está entre os 11 que vimos diferente na coisa concreta e pontual, eu queria fazer essa reflexão e, em todo o caso, sentar-nos e dialogar, mas não está certo que um país esteja só, porque, de fundo, não estamos em uma grande discórdia aqui. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Bem, não quero salvar a responsabilidade, mas em princípio disse que estava de acordo, e me disseram que não, assim que tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Muito obrigada, e sem a pretensão de ter a solução, nem de salvar nada, mas sim de fazer os aportes correspondentes em minha condição de Presidenta da Comissão de Orçamento. Começo por agradecer a presença de todas as Delegações na Comissão que esteve em sessão dia 22 de abril de 2008, estivemos revisando temas relacionados à execução orçamentária, à situação financeira e ao cumprimento do programa de atividades do exercício 2007 e do primeiro trimestre de 2008.

Devo dizer que, nessa Comissão, temos o imenso privilégio de ter uma visão global da Associação, talvez uma das mais completas, porque ao estar revisando o orçamento e o comportamento financeiro das atividades da Associação podemos discutir e pontualizar atividades e temas que, em outras instâncias, somente se vêem de maneira particular, na Comissão de Orçamento se abre a visão e, por isso, realmente tomam posições interessantes que irei relatando.

Nesta sessão de 22 de abril, foi informado que a Secretaria-Geral havia tido já a auditoria do fluxo de fundos da execução 2007, e que está à disposição dos países que assim o quiserem revisar. A Secretaria informa que duas Representações já pediram o relatório desta auditoria, nesta mesma sessão eu solicitei a inclusão no programa o relacionado ao Fundo de Capital.

Foram revisados os respectivos documentos, o primeiro de janeiro –dezembro 2007, e ali começou a expressar-se a preocupação por parte de algumas Representações das reservas que se mantêm vigentes e que não são tomadas decisões a respeito.

Algumas Representações pontualizaram que a maior parte das reservas, que vêm se arrastando de exercícios anteriores, estão como, já vimos, recaídas nos PMDERs. A situação dos PMDERs é interessante anotar em três aspectos que quero assinalar aqui.

Ano após ano, dá-se um montante aos PMDERs de US\$ 204.000.- para o exercício do ano. No caso do ano 2008, não foram desenvolvidas nem indicadas as ações para utilizar esta quantia, razão pela qual se convidou para que o Grupo de Trabalho se reunisse para definir um plano de ação para o exercício do ano corrente.

Segundo indicado, dos exercícios dos anos 2004, 2005 e 2006 vêm outros grupo de atividades que apresentam uma quantia US\$ 182.000,71, e estimou-se que esse grupo de atividades, mesmo quando de exercícios anteriores, deveriam ser mantidas porque há contratos assinados, porque há atividades já estabelecidas.

Depois foi visto que há um terceiro grupo com um orçamento de US\$ 59.458, em reservas transitórias, e vem se arrastando ano após ano. O que quisemos fazer nesta Comissão é cumprir realmente com o estabelecido pela própria Resolução do Comitê de Representantes, na qual se estipula que aqueles créditos que existam tendo reservas que não foram utilizadas no exercício orçamentário do ano voltem ao Fundo de Capital de Trabalho e, ao fazer isso, e ao expressar estas reações das Representações dos PMDERs, que compreendemos, e da Presidência, explicamos algo que quero reiterar hoje aqui. De nenhuma maneira, o querer fazer um ordenamento na execução orçamentária indica uma oposição aos programas dos PMDERs ou uma mudança de atitude na manifestação clara de apoio por parte de nossos países aos PMDERs.

O que queremos é o ordenamento orçamentário, e não o retiro de apoio aos PMDERs, razão pela qual acreditamos que não é necessário assumir que ao voltar-se ao Fundo de Capital, fundos não utilizados ou utilizados, estamos acabando com a visão de apoio de um Plano de Ação, qualquer que seja. Não somente se refere aos PMDERs, mas também se refere a um ordenamento na elaboração de um orçamento de uma Associação que tem que saber que, quando se concede valor a um plano de ação e tem um remanescente financeiro, vamos aprová-lo pedindo a respectiva aprovação, e foi assim, então, como foi decidido e informado na Comissão. O que a decisão está fazendo é dando fortaleza à Comissão, e entendendo que, ao assumir uma decisão desta natureza, não está afetando a benevolência, a fé ou o interesse de apoio de nenhum programa, mas sim que tenhamos um esquema ordenado para poder executar nosso orçamento com base na realidade de um Plano de Ação.

É assim, como essa quantidade, que não esteve acompanhada de um programa e que -hoje volto a reiterar nossa visão- o fato de que não se pudessem concretizar as ações porque não foi podido tomar decisões, indica que este é um dinheiro que deve estar voltado no Fundo de Capital, e que somente quando a decisão de um Plano de Ação for estabelecida, chama-se a correspondente aprovação para poder designar o orçamento necessário; e a idéia é que não sejam criadas ações para preencher números, mas sim que os números correspondam às ações. É, basicamente, isso o que quisemos defender desde a Comissão de Orçamento. Por outro lado, também foi falado do importante que é ter, freqüente e sistematicamente, para que não ocorra o mesmo em nenhuma outra das atividades, relatórios, por exemplo, trimestrais no caso das contratações e no caso dos consultores.

Depois, estivemos revisando a situação financeira de 2007, dentro desta mesma ordem de idéias destes relatórios também foi pedido revisar o tema da dívida e do comportamento da dívida dos países da Associação com o Fundo de Previsão dos

funcionários e das instituições financeiras, onde se expressa a preocupação que não há uma correspondência entre a contribuição dos países e a contribuição da Associação às entidades financeiras.

A Secretaria explicou que cada vez que os aportes dos países cobrem um período assegurado de 4 meses, são feitos aportes correspondentes às entidades que têm dívidas e, neste caso, por exemplo, indicou-se que, no ano de 2007, foram realizadas amortizações de US\$ 423.000.- e que no primeiro trimestre de 2008, amortizações correspondentes a US\$ 212.000.- o que quer dizer que, se a Secretaria está em capacidade de ir cumprindo com estas obrigações financeiras na mesma medida em que os países forem cumprindo com os aportes correspondentes, para efeitos da apresentação de relatórios solicitado à Secretaria a produção de gráficos onde se permitisse visualmente ver a evolução da dívida da Associação.

Igualmente, foi feita uma revisão dos relatórios de execução orçamentária de janeiro-fevereiro, e eu convidei, nesta oportunidade a que vissemos o relatório consolidado, e foram feitas observações tais como a natureza de um contrato, por exemplo, nos processos de compra pública, que é importante que, em qualquer caso, todas as decisões passem pelo Comitê de Representantes e que, dessa forma, não deixem de ser conhecidas por nosso Comitê e não cheguem à Comissão ou à Secretaria sem haver sido revisadas adequadamente pelo Comitê de Representantes.

Também foi informado a respeito da situação financeira, e foi falado dos pagamentos de Cuba e da Argentina. Hoje o Secretário nos fala do pagamento do Chile, com isto queremos dizer que a Associação está em muito bom momento, tem assegurado seu funcionamento até praticamente dezembro de 2008, isso é uma boa notícia para nós, e foram tomadas outras decisões de como reordenar atividades em itens particulares.

Houve uma decisão em relação ao Plano de Ação, o que se faria, se deixados os itens abertos para as novas atividades que surgissem a partir do Conselho de Ministros ou não, e foi ali quando foi trazida a discussão de que seria importante que os Grupos de Trabalho se reunissem para fazer uma valorização e uma avaliação da situação da Associação e poder continuar fluidamente sem deter a atividade da Associação, sendo capazes de identificar quais são aquelas atividades das que podemos seguir adiante e quais estão à espera de uma decisão do Conselho de Ministros, que confiamos que será celebrada eminentemente este ano.

Então foi solicitado que todos os Grupos de Trabalho fizessem esse exercício para poder apresentar ao Comitê de Representantes o estado de graça de nossa Associação, e de forma particular, pelo que o tema do Fundo estava nas reservas do Capital de Trabalho, foi solicitado ao Grupo de PMDERs que avançasse para que neste Comitê se tomasse a decisão orçamentária correspondente, para que houvesse conhecimento de como os fundos de 2008 serão aplicados e para que pudesse também ser solicitado, caso necessário, tirar do Fundo de Capital de Trabalho o dinheiro correspondente a atividades, o que não entendemos é por que têm que substituir essas atividades esse orçamento e por que não se põem como o Plano de Ação prioritário de 2008, então isso é um pouco do que foi discutido nessa instância.

Também foi falado de um tema que se considera que deve continuar sendo aprofundando, relacionado aos acordos da NALADI/SH e ao tema do comércio negociado e não negociado que os relatórios devem explicar os critérios com os que se chegam a determinadas decisões que acreditamos que devemos aprofundar nestes casos.

Falou-se do RECOMEX que, de acordo com a solicitação apresentada pela Representação do México, estaríamos ampliando a partida orçamentária que permitisse um bom desenvolvimento desta reunião.

Igualmente falou-se do Foro social, para que seja financiado pela Associação para um funcionário por cada um dos governos representados das Representações e, finalmente, o que me resta dizer para terminar este relatório é que, tendo em conta que a Associação está em um momento forte não devemos esquecer um ponto que concerne a todos e que tem estreita relação com a Comissão de Orçamento, e é a situação salarial dos funcionários da ALADI.

Eu gostaria de deixar explícita esta preocupação da Comissão de Orçamento, onde vemos, sem pretender dar início a esta discussão hoje, mas onde se vê que sem necessidade de incrementar as quotas dos países, há a possibilidade de assumir uma posição que seja favorável aos funcionários da ALADI. É este, basicamente, o relatório da Comissão de Orçamento, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Presidenta, por seu amplo, profundo e otimista relatório, o Secretário-Geral tem um orçamento sólido até o final do ano ... A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Somente com uns pagamentos atrasados em sua maioria.

PRESIDENTE. Geralmente todas as crises são econômicas, mas aqui parece que são outras, há alguma consideração sobre este Relatório? O Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, quero agradecer à Presidenta da Comissão de Orçamento, a Embaixadora da Colômbia, pela dedicação que dá a este tema que é fundamental para o desempenho normal de nossa Instituição.

Um orçamento bem estruturado, bem executado, é fundamental para uma boa administração, e ter em seguimento, em nome de todo o Comitê, de alguém que se dedica com tanto profissionalismo a acompanhar-nos é para nós uma garantia que nos ajuda a nos desenvolver.

Somente gostaria de mencionar a parte final destacada pela Presidenta, que se refere à necessidade imperiosa, coisa que manifestei neste Comitê, de atender à reclamação de ajuste salarial.

A Secretaria tem praticamente pronta uma proposta que vai apresentar em primeiro lugar à Embaixadora da Colômbia, ao Embaixador da Bolívia, que conformam os dois Grupos que estão diretamente vinculados ao tema orçamentário e de ajuste salarial, e depois, com o Presidente e a Mesa, poderíamos encarar uma apresentação ao Comitê sobre este tema que queremos apresentar sem falta no curso deste mês, Presidente.

PRESIDENTE. O Representante do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). No ponto anterior, quando se tratou do tema dos países de menor desenvolvimento econômico relativo e no Relatório da Embaixadora da Colômbia, não ficou claro para mim por que se arrastam estes orçamentos dos países de menor desenvolvimento relativo, não ficou claro nas diferentes intervenções dadas. Se é uma responsabilidade exclusiva por negligência, inoperância ou dos países de

menor desenvolvimento que não usaram esses orçamentos 2004, e também se há uma co-responsabilidade da ALADI neste problema; ou se é uma responsabilidade maior da ALADI, não sei qual das três opções, se é a da ALADI, se é a dos países ou conjuntamente, mas me inclino que haja um problema conjunto, porque se por algum motivo os países aqui aceitaram que continuassem sendo arrastada esta questão de 2004, isso não é somente responsabilidade dos países, aqui o Comitê também aceitou que isso existisse.

Parece bem que, em algum momento ou agora, seja corrigida para o futuro e que isso não seja penalizado. Porque eu gostaria -e na próxima sessão que for tratado o tema- que fosse esclarecido o que aconteceu e, em todo caso, adianto-me a dizer que as medidas têm que ser para o futuro, porque, segundo tenho entendido por sistemas de programação, de manejo orçamentário se arrastou esse problema. Então algo tem que mudar para que isto não aconteça no próximo ano, alguma diretiva deve ser dada pelo Comitê, para que não se repita o que até agora se tem aceitado. Então, esse é um ponto que queria expressar, e penso que deve ser corrigido porque senti a atmosfera em diferentes intervenções como podia ser entendido, ocultamente ou entre parêntesis, que isso acontece por negligência dos países, e então não estou defendendo o fato, mas sim, quero que possamos ter uma maior clareza sobre o que aconteceu, por que isso se arrasta e isso não é somente a decisão de um país ou de um grupo de países, mas sim, -eu sou da idéia de que em todo conflito humano, marido-mulher ou em uma empresa ou entre países sempre a responsabilidade é dos dois- dos que fazem e dos que deixam fazer, dos que propõem e do outro que, com palavras ou sem palavras, aceita uma realidade, então creio que é um bom momento para que isto seja corrigido para o futuro.

Em relação ao tema do melhoramento salarial, eu não seria mais partidário que este tema fosse deixado para depois da Reunião de Ministros, como sabemos que nas intervenções dos países há necessidade de uma reestrutura da ALADI, de comissões diferentes ou de como se podem subir salários ou pessoas quando se poderia requerer outra estrutura, como tomar de antemão uma decisão econômica quando não sabemos uma orientação que, de fundo, poderia ter a Instituição. Então seria uma questão assistemática tomar essa medida isolada, sem que vamos ao problema de fundo de um exame, porque esse exame da ALADI não é somente da orientação comercial, mas também em que medida a estrutura que existe coadjuva isso ou a estrutura que existe não impeça que haja uma virada para outra direção; e como esse é um ponto não resolvido, então penso que este tema deveria ser manejado conjuntamente e não de forma isolada.

Não estou dizendo que sou contra nada, mas sim que temos que analisar com o conjunto da futura orientação da ALADI que um grupo de países e muitos foram ou a maioria quer que haja um sentido que responda que haja uma coerência entre a infraestrutura administrativa e os desejos de orientação da finalidade da Instituição. Penso que também que a Embaixadora da Colômbia usou muito bem uma palavra, anotei, que tenha uma correspondência entre as designações ou o dinheiro existente dos países e do que é feito, e me parece bem que isso deve ser assim. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente, quero começar pela segunda parte da exposição do senhor Embaixador do Equador, no que diz respeito ao ajuste salarial. Embaixador, o propósito é avançar neste mês nestas reuniões de trabalho que teremos com os Grupos envolvidos diretamente no tema orçamentário de organização. O mês que vem, imediatamente depois da reunião de Vice-Ministros, encarar já no Comitê, não antes, e logicamente teremos reuniões prévias informando-lhes acabadamente, porque não

pretendemos de nenhuma maneira que um tema tão sério fosse tratado sem conhecimento profundo de parte dos membros do Comitê da situação na qual nos encontramos.

Embaixador, é uma situação crítica, temos pessoas, neste momento, e não quero me estender sobre esse tema, que estão passando situações familiares muito sérias, como todos sabemos, existe um fundo de ajuda aqui dos funcionários, e esse fundo está sendo necessário para muita gente pagar a conta de luz, ou seja, o salário não está alcançando para a luz, então esta é a situação que queremos transmitir-lhes para que juntos possamos tomar uma decisão. Por isso, Embaixador tomamos o tempo suficiente. Quando cheguei aqui, esse foi o tema número um que me apresentaram como tema, porque ficara para a nova gestão, tomei tempo, e continuarei tomando o tempo para que a Secretaria possa fazer uma proposta coerente e que seja uma proposta que possa ser aceitável para os países.

Por outro lado, Embaixador, em relação ao que o senhor se referiu em relação à situação deste programa para países de menor desenvolvimento, compartilho totalmente seu critério, por isso é o propósito, eu dizia, convidar os Embaixadores dos países de menor desenvolvimento econômico relativo, provavelmente com nosso Coordenador do Grupo de Trabalho, para analisar o que aconteceu. Para mim não são projetos de 2004, são projetos 2008 se vamos fazê-los agora, então, de que estamos falando? Projetos apresentados em 2004, em 2005, em 2006, mas são já deste ano e além disso penso que a intenção é colocá-los no Plano de Ação, então para que continuar falando de coisas que já passaram? Temos que ver se os mesmos estão vigentes, se são necessários, e levá-los adiante, mas com o rótulo de 2008, porque com este orçamento vamos executá-los. Nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Embaixadora da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Sinto uma satisfação em especial no que foi acordado na Comissão de Orçamento, que também seja compartilhado pelo Secretário-Geral. Mas gostaria de responder ao Embaixador do Equador algo que me parece importante, que em nossos relatórios não fiquem “flutuando”, porque não estamos trazendo os temas de forma clara.

No caso do arrasto do orçamentário, não se trata de achar um culpado, mas sim se trata de que agora que estamos no momento adequado para poder tomar as decisões corretas e estivemos em capacidade de fazer valer as normas orçamentárias da Resolução 322 e exatamente a referida ao artigo 17, em que se diz e se explica com clareza que se faz com as partidas não utilizadas de qualquer procedência, seja de atividades, funcionamento, e até do próprio pessoal, gastos que não foram utilizados, então é assim como estamos convidando a resolver essa visão já que, automaticamente, são cumpridas as decisões, de maneira que não tenhamos que vir fazendo estes arrastos particulares.

A verdade é que o próprio relatório, na página 2, tem uma explicação que em seu momento o Subsecretário deu sobre o que ocorre. Não me parece conveniente entrar nessa discussão agora, e por isso nem sequer mencionei em meu relato verbal, mas sim o que quero insistir é que, como queremos ter cada vez maior fluidez, maior transparência, maior clareza, ordenamento e organização em nosso orçamento, simplesmente ficou assumido que se voltasse essa quantidade, não definida nesse momento no Fundo de Capital de Trabalho, e que em seu respectivo momento seja feita a proposta para redesigná-lo, se for necessário. Obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Uruguai.



Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Brevemente, quero fazer referência a algo que se mencionou acerca da reestrutura e do reajuste salarial que está sendo considerado, e que a Secretaria vai propor e que já viemos conversando entre nós.

Penso serem coisas completamente independentes uma da outra, e que temos que tê-lo claro, como Comitê, que são independentes. Não devemos abundar em argumentos em relação à desvalorização que o dólar sofreu no país, a queda dos ingressos que isso representa para todos os que têm ingressos em dólares e a necessidade, dado o tempo transcorrido desde qualquer ajuste anterior de salários que houve, de considerar um reajuste dos salários na Instituição, de considerá-lo digo, porque me parece que independentemente da reestrutura que façamos há uma coisa que é a remuneração das pessoas, e penso que o pessoal da Secretaria merece ter um panorama claro sobre um futuro a ater-se, independentemente, da reestrutura.

A reestrutura será feita depois, se consideramos que deve ser feita, as medidas pertinentes serão tomadas, e isso implicará determinadas conseqüências em relação ao pessoal ou não as implicará, ou aumentará o pessoal, ou diminuirá, ou ficará o mesmo, mas me parece que realmente, de bom critério, encaremos neste momento a consideração do que vamos fazer no que diz respeito às remunerações do pessoal da Secretaria sem maiôs demora. Nada mais, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Penso que ficou claro isto, a partir da intervenção do Secretário-Geral, esperemos que seja trazido o relatório a respeito das propostas que existiriam para os ajustes nas remunerações, nos salários, etc., se não houvesse outra observação... Há alguma outra observação sobre o Relatório da Embaixadora da Colômbia?

Não havendo, tomamos o devido conhecimento desse relatório, e passaríamos à consideração do ponto 6. Quero informar que, ao finalizar, haverá um breve brinde em homenagem a Alfonso, então vejamos se nos apressamos.

6. Convocatória e agenda da XI Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior

...Temos a Convocatória e a agenda da XI Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informação Estatística de Comércio Exterior. Os senhores se lembrarão que este tema foi posto à consideração do Comitê em uma das suas últimas reuniões, e algumas Representações manifestaram não ter instruções, ficando pendente sua definição para a presente sessão.

Os senhores têm o documento ALADI/CR/PA 111 em suas Pastas, a Convocatória e a agenda.

Está aberto o direito ao uso da palavra.

Não havendo observações, dá-se por aprovado o Acordo, e fica registrado com o Nº 272.

## ACORDO 272

### CONVOCAÇÃO E AGENDA DA XI REUNIÃO TÉCNICA DE ESCRITÓRIOS GOVERNAMENTAIS RESPONSÁVEIS PELO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA o Artigo 38, letra h), do Tratado de Montevideu 1980; as Resoluções 31 (VI), 33 (VII) 50 (X), 54 (XI), 55 (XII), 59 e 60 (XIII) do Conselho de Ministros, as Resoluções 65 e 322 do Comitê de Representantes e o Documento ALADI/SEC/Proposta 282,

#### ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a XI Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento de Informações Estatísticas de Comércio Exterior para os dias 23 e 24 de junho de 2008, que será realizada na sede do “Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática (INEGI) de México”, na Cidade do México.

SEGUNDO.- Aprovar para essa Reunião a seguinte

#### AGENDA:

1. Evolução e aperfeiçoamento do Sistema de Informações da Associação e Relatório sobre o cumprimento das recomendações da X Reunião (ALADI/RE.COMEX/X/ Relatório, de 04/10/2007).
2. Manual de Instruções para o fornecimento uniforme das informações estatísticas do comércio exterior dos países-membros para a Secretaria-Geral (ALADI/CR/ Resolução 322, Capítulo IV, Inciso 4).
3. Estudo sobre o real aproveitamento pela Associação e pelos usuários solicitantes de informação, das variáveis fornecidas pelos organismos nacionais desse foro técnico.
4. Avanços no Plano de Assistência Técnica aos Escritórios Governamentais dos países-membros.
5. Apresentação da versão definitiva do Módulo de Captura de Informações (MCI).

6. Assuntos Diversos: Apresentações das delegações participantes.

Passaríamos então ao último ponto: Assuntos Diversos.

7. Assuntos Diversos

... Penso que a Delegação do Brasil tinha alguma opinião no ponto Assuntos Diversos.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Gostaria de poder haver pedido a palavra, estamos em Assuntos Diversos, depois do brinde para que todos os colegas pudessem estar mais leves, mas farei uso de um sentimento que nosso Embaixador do Equador sempre usa, que é o sentimento da sinceridade, para referir-me às datas da reunião de Vice-Ministros, que foi uma decisão que fixamos que para o dia 28 e 29 de maio.

É minha responsabilidade, por dever de lealdade, inclusive a cada um dos colegas aqui no Comitê, fazer referência a isso, pois foi meu próprio Chanceler, o Chanceler do Brasil, que propôs e foi aceita sua proposta de fazer uma reunião de Vice-Ministros para que se pudesse encaminhar uma decisão que fosse produtiva e uma decisão que fosse construtiva dos Ministros com relação ao Espaço de Livre Comércio e à Resolução 59 (XIII), isso foi feito durante o último Conselho. O problema que tenho e é esse, o dever que tenho que compartilhar com os senhores, que apesar de todos os esforços que fiz para fazer que meu Vice-Ministro pudesse participar da reunião 28 e 29, não consegui. Pior que isso, minha situação é mais incômoda porque sequer consegui que o Subsecretário viesse para esta reunião nos dias 28 e 29. Ou seja, até agora eu teria a possibilidade ou a confirmação de participação de um Chefe de Divisão, todos nós fomos Chefes de Divisão, mas em uma reunião que meu próprio Chanceler propôs que fosse feita, que é a reunião de Vice-Ministros, não queria deixar, volto a dizer, por uma questão de lealdade e de responsabilidade minha, de compartilhar isso com os senhores.

É óbvio que dito isso o que estou também tentando dizer é que o ideal para a Delegação do Brasil seria postergar a reunião, postergar por duas ou três semanas, o que for. Entendo as dificuldades de todos, inclusive sei que muitas Representações têm seus Vice-Ministros já confirmados para a reunião, mas eu queria ver, pareceu-me que seria minha obrigação dizer isto aqui, ser sincero, como sempre o é o Embaixador do Equador, e ver se há alguma possibilidade de que pudéssemos, imagino que vamos ter outra reunião do Comitê na próxima semana, voltar a falar sobre esse tema, apesar de saber que há uma decisão para 28 e 29, apesar de saber que é muito difícil para muitas Representações que pudéssemos ao menos voltar a discutir esta possibilidade, mesmo que fosse para confirmar as datas de 28 e 29, para que, de repente, não sei, talvez algumas Representações pudessem ver mais facilmente a postergação, por duas ou três semanas. Inclusive para minha Representação não haveria problema que fosse fixado para julho ou agosto.

O único que gostaria, evidentemente, é um interesse de minha Delegação: que a mesma esteja representada o melhor possível, já que é uma reunião muito importante, vamos, inclusive, prepará-la com insumos do seminário, então que pudéssemos explorar até a próxima quinta-feira a possibilidade, ainda que distante, talvez de decidir por uma postergação. Esse é meu pedido único, que faço frente a uma situação incômoda para mim de não ter uma participação equiparada e correspondente nos dias 28 e 29.

Um detalhe, somente, não estou tentando argumentar com isso, nossa Embaixadora de Cuba recordou, gostaria somente de recordar que entre 23, quando será apresentado o

Relatório do foro, que é um foro importante, e o 28, nossos Vice-Ministros terão um dia e meio na verdade para analisar e considerar este Relatório e tirar conclusões para própria reunião, porque eles terão que sair de 27 para estar 28. Terão somente segunda-feira, 26. A sexta-feira, 23, vão receber e terão apenas a segunda 26 para a consideração do Relatório da Secretaria para que eles, os Vice-Ministros, possam - ou meu Chefe de Divisão que vier do Brasil - , possa considerar e tirar conclusões para a Reunião de 28 e 29. Queria pedir somente isso, que pudéssemos cada um de nós pensar sobre isso em uma semana e voltaríamos, mesmo que fosse por 5 minutos, mesmo que fosse difícil, eu sei, reconheço repensar talvez a possibilidade de uma eventual decisão de postergar a reunião de Vice-Ministros e, substantivamente, creio que também não deixaria de ser positivo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Não farei referência à proposta da Delegação do Brasil, porque lamentavelmente meu Vice-Ministro nos confirmou a possibilidade de participação nesta data e, além disso, já lhe expliquei. Coincido com ele, entendo como deve sentir-se, mas as datas subseqüentes são as que havíamos considerado, as datas que contemplamos como alternativa também, e a Representação do Equador considerou por Nota, e realmente, pelo menos no caso da Representação de Cuba, resulta impossível. Mas o motivo de minha solicitação de intervenção é relacionado aos documentos preparatórios da reunião de Vice-Ministros.

No documento circulado pela Secretaria, este preliminar, do dia 29 de abril, era anunciado em seu ponto 2, que estava pendente e estava sendo trabalhado na preparação da reunião em um documento que conteria o que fora aprovado aqui, não porque se considerava que nesta semana, e penso que faltaria somente para apresentá-lo na reunião do Comitê de 15, porque já na outra teríamos o Foro, mais a reunião de 23 para o Relatório. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Na realidade, vou fazer referência a outro ponto que não tem nada a ver. Se os senhores quiserem permanecer considerando este ponto proposto pela Delegação do Brasil, postergo minha intervenção, não tenho problemas.

PRESIDENTE. O que acontece é que estamos em Assuntos Diversos.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Eu queria considerar que fizéssemos chegar por parte do Comitê de Representantes por meio da Secretaria-Geral nossa solidariedade ao povo chileno pelas conseqüências da erupção do vulcão Chaitén e tudo o que está vivendo e sofrendo essa região da irmã República do Chile, era uma proposta que queria fazer aqui nesta sessão.

PRESIDENTE. Sobre isso penso que não há discussão alguma aqui. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). A Representante de Cuba recordou que a Representação do Equador solicitou que se adiasse, que queríamos uma data posterior, mas nesta ocasião não houve apoio de nenhuma Representação ao Equador, e de forma contundente foi aprovada a primeira data, se bem me lembro com 8 Representantes, a segunda data teve 3, a de 6 e 7 de junho. Penso que os tempos estão

muito curtos para mudar, creio que nossos países e nossos povos cada dia exigem que as decisões sejam tomadas o mais breve possível e que, enquanto mais nos demoremos, estamos contribuindo a que mais pessoas morram de fome com este aumento de preços, com as preocupações das Nações Unidas de quantos milhões de pessoas estão passando nestes dias à extrema pobreza, penso que não podemos dar-nos o luxo de postergar a data, se houver adiantamentos, seria melhor.

Estou convencido que qualquer pessoa que vier da Delegação do Brasil em qualquer data, qualquer um que o represente, trará o pensamento do Brasil, independentemente da pessoa, por isso, e pensando mais a extraordinária quantidade de recursos humanos que o Brasil tem, 10, 15, 20 vezes mais que alguns de nossos países, penso que terá pessoal suficiente que substitua, as pessoas são importantes, mas não insubstituíveis. A história continua avançando apesar de nós e, no caso, eu invoco que alguns Presidentes estão falando que vivemos uma mudança de era, uma era de mudanças, e que temos que assumir esse desafio, o antes possível, colocar-nos à altura das exigências da era e de nossos povos, então, nesse caso, penso que devemos manter essa data independentemente das realidades individuais ou dos países, já houve um acordo que deve ser seguido. Obrigado.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Se bem que a decisão já tenha sido adotada para que a reunião de Vice-Ministros tenha lugar 28 e 29 de maio, e isso nós também informamos à nossa Capital, apesar de que nós adiantamos que, para nosso Vice-Chanceler será impossível estar nestas datas aqui em Montevidéu, obviamente as coordenações estão sendo feitas para que venha um funcionário do mais alto nível para essa reunião. No entanto, entendemos o indicado pela Delegação do Brasil, nós, caso o Comitê decida incluir este tema na agenda da próxima semana como solicitado pela Delegação do Brasil, gostaríamos de conhecer uma data tentativa, isto é, para poder indagar uma nova data, deveríamos conhecer uma data concreta para poder ver a agenda do Vice-Chanceler. Mas, definitivamente, nós entendemos que é uma decisão que já foi adotada para 28 e 29, mas, novamente, caso este Comitê decida incluir na agenda para o próximo Comitê, seria bom conhecer a data tentativa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente, como a Embaixadora de Cuba recordara, a Secretaria havia se comprometido a preparar e entregar um documento relacionado aos temas que seriam analisados em oportunidade da reunião de Vice-Ministros, e preparamos então uma análise das principais dificuldades enfrentadas para o aprofundamento do processo, elaborando um documento que contém uma resenha sucinta na qual tratamos e -oxalá não nos tenha escapado alguma palavra-, sendo muito objetivos e não subjetivos ou qualificando posições encontradas, simplesmente relatando o que passou, esse documento já está pronto para ser distribuído. Vamos entregá-lo agora, e esperamos seus comentários mais adiante.

Por um lado, quero informar-lhes de certos convites que recebi e que cumprirei no curso da semana que vem, que são os seguintes: em primeiro lugar, estive aproveitando que aqui tínhamos ponte, estive no Paraguai na semana passada, como os senhores sabem, em meu país houve eleições, haverá uma mudança de governo, e por esse motivo algumas das pessoas vinculadas ao novo governo me indicaram para poder conversar sobre o andamento do processo de integração, e, atendendo a essa solicitação, e a uma que se somou da União Industrial do Paraguai, estive em meu país, tive a oportunidade de estar reunido com o Chanceler, com o Vice-Ministro de Relações Exteriores, com o Presidente do Senado, com o Presidente e membros da União Industrial do Paraguai, da

Federação e da Indústria e do Comércio do Paraguai e do Capítulo Paraguaio do Conselho Empresarial da América Latina, que reúne os empresários mais importantes de nossa região que eu vejo como uma resposta à ausência em nossa ALADI desses grupos, de toda maneira, com todos eles, pude conversar e notei que há um grande interesse no que estamos fazendo neste momento, e em como pensamos desenvolver.

Por outro lado, quero informar-lhes que ontem me chamaram, nosso estimado colega Embaixador Olima de Buenos Aires, para confirmar-me que na segunda-feira 19, serei recebido pelo Chanceler Taiana e terei reuniões de trabalho com a área econômica da Chancelaria da Argentina.

No dia 21, o Presidente do Uruguai me concedeu uma entrevista que solicitei para apresentar-lhe os cumprimentos, e obviamente o tema ALADI será o tema principal desse encontro.

No final dessa semana, estarei viajando para o Chile, como já anunciado, participarei aí de um encontro que a FLACSO está organizando, e nesta oportunidade, terei encontros com autoridades do Ministério de Relações Exteriores que estão sendo organizados pela Representação do Chile.

Também como anunciado, tenho um convite formal do Governo do Equador para a primeira semana de junho, e nos falta estabelecer a data concreta dessa vigem na qual terei a dupla oportunidade, por um lado, de apresentar-me como Secretário-Geral, e por outro, poder despedir-me das autoridades equatorianas já que, como os senhores sabem, estive Representando a OEA nesse país e, com a pressa do tempo e as características da eleição aqui, tive que assumir diretamente e não tive a oportunidade de ir a esse país.

À medida que for realizando estas viagens, continuarei apresentando os relatórios ao Comitê, nada mais, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, somente para assinalar o seguinte com relação ao considerado pela Delegação do Brasil: nós estamos dispostos a fazer uma consulta para uma eventual alteração de datas, se for necessário, somente teríamos que ver qual é a data proposta. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). É evidente, Presidente, que teremos toda a flexibilidade do mundo com relação às datas, e se fosse possível, não sei, voltar a esse tema na próxima reunião, e as datas que forem mais convenientes para a maioria das Representações. A Delegação do Brasil aceitará evidentemente, e não temos problemas que seja dentro de três semanas ou dentro de um mês, ou dois meses, mas o importante é que gostaríamos realmente de participar da reunião em nível de Vice-Ministro. Obrigado.

PRESIDENTE. Alguma Representação quer fazer uso da palavra?

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Nós tomamos nota do que foi dito pela Delegação do Brasil, e obviamente, faremos as consultas sobre o caso, não obstante o que já foi acordado em matéria de datas, cremos que sempre há espaço

para atender as preocupações que as Delegações considerem neste âmbito, e é o que vamos fazer. Obrigado.

PRESIDENTE. Estamos sem datas alternativas, fica em aberto, e o único inconveniente que vejo é que na próxima quinta-feira é muito próximo da reunião de 28 e 29, então seria recomendável já sair com uma proposta alternativa, e fazer as consultas sobre a mesma e na quinta-feira tomar a decisão. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Com relação à próxima sessão, gostaria de assinalar que na quinta é data pátria no Paraguai, e penso que não é costume fazer reunião quando se comemora uma data pátria de um país-membro no Comitê, então teríamos que ver uma data posterior ou anterior para fazer na próxima reunião do Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Não queria intervir, mas o farei com todo o respeito, com todo afeto e compreensão, aqui outros Vice-Ministros já registraram em sua agenda, já programaram sua viagem, e é muito difícil agora abrir a discussão quando outras pessoas já dispuseram, com muita dificuldade, seus tempos para acudir aqui. Entendo a dificuldade, acontece com todos, mas penso que nem sequer é considerado para outras pessoas, que já têm seu tempo designado para vir aqui e dizer que deve transferi-lo novamente. Na verdade, não vejo que isso seja fácil, nós não gostaríamos que a data fosse modificada novamente, porque recordemos tudo o que nos custou chegar a ela, tive consultas muito amigáveis de outros colegas e tentamos acomodar o quanto fosse possível e não aconteceu. Penso que devemos compreender os demais. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, de forma muito breve, faço minhas as palavras do Embaixador do México, penso que custou tanto esforço isto, não podemos sacrificar a maioria por um pedido, e sim deve ser o contrário. A Representação do Equador solicitou isso também, não houve apoio, e devemos adaptarnos às circunstâncias, não penso que por perder um dedo devamos perder a cabeça.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Presidente, nós somos o dedo e a cabeça, queria deixar claro, sobretudo com o dito por Cassio. Eu apresentei o problema, minha preocupação, e disse que se houvesse uma possibilidade de que se desse essa postergação seria muito positivo, mas, por favor —e esse foi meu pedido— que esta possibilidade fosse considerada. Se houvesse uma decisão negativa, sendo o dia 28 da realização, minha Delegação obviamente estaria totalmente de acordo.

Eu não propus que fosse postergada, pedi somente a possibilidade de que isso fosse considerado. É o único pedido que faço, que se considerasse esta possibilidade. Se há a possibilidade, está bem, eu entenderei perfeitamente bem. Sou o primeiro em entender a dificuldade para outras Representações, fui o primeiro que o disse, sobre a próxima reunião eu sugeriria, já que quinta é data pátria do Paraguai, que terça tivéssemos a reunião.

PRESIDENTE. Bem, está aberto o direito ao uso da palavra para a nova data do Comitê.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação de CHILE (Camilo Marcelo Navarro Ceardi). No nosso caso, na próxima terça-feira não poderemos, pois temos Comissão Administradora do ACE 35 neste mesmo lugar, então, neste caso, proporíamos a quarta ou sexta.

PRESIDENTE. Quarta, 13, sexta, 16. Agora eu pergunto o seguinte, nós temos que reunir-nos na semana que vem? Porque o único, como explicado pelo Embaixador Regis, é uma situação particular, e nós falamos antes disto e dissemos que apresentariamos no Comitê, é aqui onde deve ser considerado isso, é normal que qualquer Representante apresente suas situações aqui. Penso que a semana que vem não faz falta nenhuma reunião, e voltemos para a reunião do dia 20, a menos que nas consultas feitas haja alguma possibilidade real, embora veja muito difícil, quase impossível, a solicitação feita pela Delegação do Brasil ser atendida. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente, é uma questão pessoal, havia se programado minha despedida para a próxima semana, já que estou deixando Montevideu no fim da semana que vem, coloco-o à sua consideração. Obrigado.

PRESIDENTE. Escuto propostas, então, da reunião. Ou quarta-feira ou sexta-feira. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente, estou observando que a próxima sessão ordinária do Comitê será a de Nº 1000, o que entendo que merece algum tipo de festejo ou celebração especial, fora das despedidas e boas-vindas que estamos tendo de forma muito assídua, então, esse dia, teremos dois motivos: um da despedida de Eric e outro da sessão Nº 1000, que também é um número cabalístico.

Representação do MÉXICO (Cassio Vitale Manuel Luiselli). Como disse meu colega, é como o gol 1000 de Pelé, refere-se ao melhor momento possível.

PRESIDENTE. Então, na quarta-feira, 14, reunimo-nos na mesma hora, e vamos ter então a despedida de Eric Anderson, e uma festa que, certamente, será organizada pela Secretaria-Geral pela Sessão Nº 1000. Quero anunciar que estará dirigindo isto um dos Vice-presidentes, porque tenho que ir a Caracas, e volto somente na semana seguinte. Obrigado.

Convidamos ao brinde de praxe a Alfonso Soria.

Encerra-se a sessão.